



PADECEME

A publicação de atualização dos diplomados da ECEME

Publicação semestral | Nº 02/2022

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

PADECEME

v. 18 n. 29 julho/dezembro 2022



EXÉRCITO BRASILEIRO
Braço Forte - Mãos Amigas



ISSN 1677-1885

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
(Escola Marechal Castello Branco)
v. 18 n. 29 - 02/2022

PADECEME

02/2022
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

PADECEME	Rio de Janeiro	v. 18	n. 29	p. 01-101	02/2022
----------	----------------	-------	-------	-----------	---------

© 2022 PADECEME

O PADECEME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.
Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895
e-mail: padeceme@eceme.eb.mil.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Bda **SERGIO MANOEL MARTINS PEREIRA JUNIOR**

Editor

Maj **DANIEL RAMOS LEMOS**

Comissão Editorial

Ten Cel **FABIO DE SOUZA E SILVA**
Ten Cel **OINA GUATEMALA CESAR GIOVANNI CHUC SINGÜEZA**
Ten Cel **OINA MÉXICO RENE TORRES ROSAS**
Ten Cel **OINA EQUADOR RICAR PAUL ARIAS TAPIA**
Maj **OINA PARAGUAI EUZEBIO RAIMUNDO GONZÁLEZ**
Maj **OINA ARGENTINA GONZALO BAEZ**
Maj **DANIEL RAMOS LEMOS**
Maj **FELIPE GALVÃO FRANCO HONORATO**

Diagramador e Designer Gráfico

Maj **DANIEL RAMOS LEMOS**

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME
Seção de Comunicação Social da ECEME

Tiragem

200 exemplares (Distribuição Gratuita)
Disponível também em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/PADECEME>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123	PADECEME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME, 2002- . v. : il.; 23 cm.
	Semestral Publicada dos n.1-14 com o título PADECEME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração. ISSN : 1677-1885
	1.DOCTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).
	CDD 355

EDITORIAL

Caros leitores, é com satisfação que a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército comemora o Bicentenário da Independência do Brasil, publicando mais uma edição do PADECEME. Neste ensejo, o corrente Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME é dedicado a rememorar destacados feitos, bem como os protagonistas da epopéia brasileira pela soberania nacional. Os artigos apresentados nesta edição são fruto de extensa pesquisa por parte do corpo discente desta Escola, com ênfase nos aspectos militares.

A celebração da História e apego aos valores que sustentam a coesão nacional encontram guarida em nossa Escola. Os acontecimentos aqui detalhados levam à reflexão dos desafios superados pelo povo brasileiro em sua emancipação no início do século XIX. Tais feitos se concretizaram em razão da liderança de heróis nacionais movidos pelo patriotismo, sendo exemplos permanente de altruísmo e dedicação ao Brasil.

O primeiro artigo apresenta as tratativas para o reconhecimento da Independência do Brasil junto à sociedade internacional, a conquista gradual da soberania e a diplomacia junto a atores relevantes na Europa e América. A Guerra de Independência é descrita no segundo artigo desta publicação perpassando a movimentação das forças militares e o enfrentamento às resistências no nordeste brasileiro e na Cisplatina, evidenciando que a independência não se configurou como simples rearranjo político. O terceiro artigo, por sua vez, aprofunda-se nos combates na Bahia, com ênfase nas ações em Itaparica e no cerco à Salvador, expondo o custo humano e material para a consolidação deste processo de emancipação.

O detalhamento da doutrina, armamento e logística dos conflitos da Guerra da Independência foram caracterizados no quarto artigo. É patente que o “grito do Ipiranga” respaldou-se no atrito de forças luso-brasileiras, naus e lideranças do Exército e da Marinha Imperial. Já o quinto artigo destaca as personalidades civis e militares cuja conduta e exemplo marcaram a formação brasileira. Fechando esta edição, o sexto artigo ressalta a formação do Exército Brasileiro no Primeiro Reinado e seu desenvolvimento com a participação efetiva na solução de crises e protagonismo nos eventos que moldaram a trajetória histórica percorrida pelo Brasil.

Por fim, agradeço aos autores dos artigos incluídos neste PADECEME e convido os diplomados a participarem das discussões aqui apresentadas. É mister a compreensão deste precioso período da História que implementou as bases da integridade territorial e é amálgama do povo brasileiro. Nesta celebração do Bicentenário da Independência do Brasil reafirmamos o compromisso desta Casa em divulgar os feitos que marcaram a História brasileira, enquanto estimulamos o culto aos heróis nacionais e valores tão caros à sociedade.

Tenhamos todos uma boa leitura!

General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior
Comandante da ECEME

SUMÁRIO

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PERANTE A SOCIEDADE INTERNACIONAL

Maj Art ANDREI DANIEL **FERRAZ** SILVA, Maj Inf VASCO ERNESTO DE **OLIVA QUADROS**, Maj Cav EDILMAR SCHUMACKER SOARES, Maj Inf MAURÍCIO RODRIGUES DA **CUNHA**, Maj Inf VITOR DE **GIUSEPPE** RODRIGUES, Maj Art AUGUSTO CESAR RODRIGUES **FORTES**, Maj Inf **RAMIRO** DUTRA DOS SANTOS, Maj Cav FABRÍCIO ZANG **BORBA**, Maj Inf EURICO DE **VASCONCELOS** GOMES, Maj Inf EVERTON CAMPOS PINHEIRO, Maj Int **ROGER** DIAS DA **SILVA** e Maj QMB DANIEL LEITE DA **SILVA**. 7-21

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TC Inf RAFAEL **LANDSKRON** BATISTA; Maj Inf JOSÉ MARIA **SYDOW** DE BARROS; Maj Inf MARCELO PEREIRA DE **CASTRO**; Maj Int MARCELO DE ALMEIDA **FERES** VIEIRA; Maj Inf **KENDERSON** RODRIGUES SILVA; Maj Inf **MARCELO RODRIGUES** DE OLIVEIRA; Maj Eng FÁBIO **RENAN AZEVEDO** DE SOUZA; Maj Eng **CRISNALDO** MENESESLEAL; Maj Int RODRIGODASILVA **MEIRELES**; Maj Art ÉLTON CONCEIÇÃO **SOARES** e Maj Cav ANGELO DINIZ **COMASSETTO**.. 22-35

O PAPEL DA BAHIA NA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Maj QMB **TIBÉRIO** FERREIRA FIGUEIREDO, Maj Eng DIEGO DA SILVA **AGOSTINI**, Maj Inf RAFAEL LEITE **VARELA**, Maj Inf **MARCOS** DE **SOUZA** BRANQUINHO, Maj Art **MARDONIO** BEZERRA SILVA, Maj Inf CELSO **MONTENEGRO** JUSTO, Maj Eng **CLERISTON** BARBOSA BELLO, Maj Cav FERNANDO **RENATO** COTTA FERREIRA, Maj Int **FERNANDO** PEREIRA **LUZ**, Maj Inf GUSTAVO ASSIS **VITÓRIO** e Maj QMB JAIRO ELISEU **FRANCO** BEAL. 36-50

SUMÁRIO

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL - DOCTRINA, ARMAMENTO E LOGÍSTICA

TC Eng JOSÉ **ALEX** DE SOUSA LEAL, TC Inf RAFAEL **DOMINGUES** DE OLIVEIRA, TC Cav ALEXANDRE MARTINS **BORGES CAMPOS**, 51-66
TC Cav RODRIGO CARLOS DE **MEDEIROS**, Maj Art **RICARDO COSTA** DE ALMEIDA REGO, Maj Inf DIOGO **DUTTON** TAVARES, Maj Com EDUARDO BORDIGNON **LUCCHINI**, Maj Inf **ALEXANDRE** DA SILVA FERREIRA, Maj Inf **SAUL** ISAIAS DA ROSA, Maj Art RENAN DO NASCIMENTO **BERNARDES**, Maj Cav VINÍCIUS **LEMONS** DA SILVA e Maj Inf RAFAEL SOUZA **TOMAZINI**.

PERSONALIDADES CIVIS E MILITARES NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TC Inf DANIEL **MOURA** SALES DE OLIVEIRA, TC Eng OTACILIO GIOVANI **LAGRANHA** GOMES, Maj Art JOSÉ AUGUSTO VICENTE **CASTIÉL**, Maj Art GUSTAVO HENRIQUE PESSANHA **SCHIAVO**, Maj 67-84
Inf RAFAEL SEIDY MILLE **TAKEMOTO**, Maj Inf RICARDO SARTORI **PORTUGUÊS** DE SOUZA, Maj Com ANDERSON GUSTAVO **LIMA** DOS SANTOS, Maj Cav RICARDO RIBEIRO DE **MELLO**, Maj Eng GUSTAVO **REOLON**, Maj Inf **THIAGO** TADEU DE RESENDE SILVA e Maj Art **RAFAEL FERRAZ** PINTO.

A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PRIMEIRO REINADO

TC Com RODRIGO LUÍS ROSA DA **SILVA**, Maj Int **BRENO** TEIXEIRA BARBOSA, Maj Int DIRCEU **GOMES** DE OLIVEIRA, Maj Cav **GUILHERME** BERNARDES SIMÕES, Maj Cav LUIS FELIPE FERREIRA **SILVEIRA**, Maj Eng **MARCOS** LOPES BARBOSA DE LIMA SERBIM, 85-101
Maj Eng MICHAEL **PORPINO** DE LIMA, Maj Art PATRICK CELSO **MÁXIMO** NETTO, Maj Inf RODERIK **YAMASHITA**, Maj Inf THIAGO LEONARDO FERREIRA **CIPRIANO**, Maj Inf **THIAGO** RODRIGO GUIMARÃES **ROCHA** e Maj Art **VICTOR** ALMEIDA PEREIRA.

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos à Doutrina Militar, acesse os seguintes endereços na internet:

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>



<https://www.doutrina.decex.eb.mil.br/>



A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PERANTE A SOCIEDADE INTERNACIONAL

Maj Art ANDREI DANIEL **FERRAZ** SILVA, Maj Inf VASCO ERNESTO DE **OLIVA QUADROS**, Maj Cav EDILMAR SCHUMACKER SOARES, Maj Inf MAURÍCIO RODRIGUES DA **CUNHA**, Maj Inf VITOR DE **GIUSEPPE** RODRIGUES, Maj Art AUGUSTO CESAR RODRIGUES **FORTES**, Maj Inf **RAMIRO** DUTRA DOS SANTOS, Maj Cav FABRÍCIO ZANG **BORBA**, Maj Inf EURICO DE **VASCONCELOS GOMES**, Maj Inf **EVERTON** CAMPOS PINHEIRO, Maj Int **ROGER** DIAS DA SILVA e Maj QMB DANIEL LEITE DA SILVA.¹

1. INTRODUÇÃO

A independência do Brasil ocorreu em um período conturbado no cenário mundial. A sociedade internacional vivenciava os impactos provocados pelas revoluções do final do século XVIII e início do XIX, como a Independência dos Estados Unidos da América (EUA) e a Revolução Francesa, com reflexos inclusive para o Brasil, então colônia da Coroa Portuguesa.

Na Europa, no contexto da Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte impulsionou uma verdadeira guerra contra a Inglaterra, culminando em um bloqueio comercial imposto pela França entre a Inglaterra e o continente europeu. Essa condição deixou Portugal em uma situação sensível perante o Reino Unido, seu principal parceiro comercial, sobretudo devido ao Tratado de Methuen.

Os portugueses optaram por manter as relações com os ingleses, sendo

1 Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

Portugal invadido pelas tropas francesas. Assim, em 1808, a Coroa transferiu sua sede de administração do Reino de Portugal para o Brasil Colônia, com o apoio econômico e militar dos britânicos.

Ao chegar ao Brasil, uma das primeiras medidas decretadas por Dom João VI foi a Abertura dos Portos às Nações Amigas, o que representou o fim do pacto colonial que monopolizava o comércio da colônia com Portugal e abriu as portas do comércio para os ingleses. Além disso, diversas obras de modernização e transformações sociais, econômicas e culturais foram estabelecidas na colônia, trazendo desenvolvimento ao Brasil.

Com a derrota de Napoleão na Europa, em 1815, e o interesse português em participar do Congresso de Viena, a colônia foi elevada à parte integrante do reino de Portugal, passando a se chamar Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Assim, o Brasil deixava de ser colônia e passava a ser a nova sede do império, participando, inclusive, da política do reino, com seus representantes nas cortes de Lisboa constantemente se desentendendo com os portugueses, principalmente devido ao interesse lusitano de restabelecer o Pacto Colonial.

No campo econômico, os aumentos de impostos pelo governo português ao comércio brasileiro prejudicavam os produtores, comerciantes e a população local. Já no campo político, os ideais iluministas circulavam entre os intelectuais brasileiros, fomentando propostas separatistas.

Em Portugal, a Revolução do Porto, em 1820, obrigou Dom João VI a retornar à Lisboa, deixando seu filho Pedro de Alcântara como príncipe regente no Brasil. Esse período que Dom Pedro exerceu a regência baliza-se entre abril de 1821 e setembro de 1822, fase definitiva no processo de independência do Brasil.

Nesse cenário, cresceu o movimento em favor da independência, principalmente pelo recrudescimento dos brasileiros insatisfeitos com a ideia de Portugal recolonizar o Brasil. Várias medidas foram decretadas objetivando reduzir a autonomia dos brasileiros como a exigência do retorno imediato de Dom Pedro à Lisboa, o envio de tropas portuguesas com comandantes fiéis à Corte e o fechamento de vários órgãos administrativos.

As ações para restabelecer o antigo sistema de monopólio comercial sobre

o Brasil e a intensificação dos decretos pela Cortes portuguesas levaram tropas metropolitanas situadas em diversas capitânicas a se posicionarem contra o Regente. Essa situação adversa marcou a reação de Dom Pedro, que convocou um conselho para decidir por meio de decretos que as leis portuguesas só seriam aplicadas sob sua autorização.

Nesse contexto, Dom Pedro, apoiado pela elite brasileira, resistiu às pressões das cortes portuguesas e, em 9 de janeiro de 1822, decidiu ficar no Brasil, aumentando a tensão entre as partes. Em junho de 1822, o Regente convocou eleições para a Assembleia Geral Constituinte brasileira e às margens do Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822, proclamou a independência do país.

Essa dinâmica das relações entre os diversos atores internacionais citados, como a Inglaterra e a França, bem como os subsequentes processos de independência das colônias espanholas na América Latina e o crescimento da influência regional dos Estados Unidos da América (EUA) refletiram no processo de formação do Brasil, conseqüentemente no seu reconhecimento e inserção na sociedade internacional.

A seguir, será analisada a Independência do Brasil perante a sociedade internacional abordando-se o processo de reconhecimento internacional e as conseqüências advindas dessa emancipação.

2. DESENVOLVIMENTO

a. O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Para os fins do Direito Internacional, o reconhecimento do Estado é um ato livre pelo qual um ou mais Estados reconhecem a existência, em um território determinado, de uma sociedade humana politicamente organizada, independente de qualquer outro Estado existente e capaz de observar as prescrições do Direito Internacional.

Esse reconhecimento constitui a constatação formal, por meio de atos diplomáticos, de que um novo ente soberano internacional passou a ter existência, de forma concreta e independente, e já está apto para manter relações com os

demais componentes da sociedade internacional. Portanto, significa uma decisão do governo de um Estado de aceitar como membro componente da sociedade internacional outra entidade que acaba de se formar.

O reconhecimento internacional da independência do Brasil não foi um processo simples ou automático, nem mesmo saiu de graça aos cofres brasileiros. De forma geral, a comunidade internacional, incluindo os portugueses, não reconheceu a independência do Brasil imediatamente (FAUSTO, 1995).

Ao governo imperial interessava o reconhecimento da independência, sem o qual o Brasil não podia pertencer ao concerto das nações, sendo igualmente indispensável para a realização do comércio internacional. Não dispunha o nosso imperador de diplomatas de carreiras. Esta realidade determinou serem aproveitados homens de saber e confiança, que atuaram junto aos governos estrangeiros. (FROTA, 2000, p.291)

A primeira medida diplomática do Império brasileiro foi a assinatura do Manifesto às Nações Amigas, em 06 de agosto de 1822, redigido por José Bonifácio, justificando o rompimento com as Cortes de Lisboa, afirmando a independência do Brasil como reino irmão de Portugal, pediu apoio à causa da independência e conclamou à manutenção das relações políticas e comerciais com o Brasil (ALVES, 2016). Além disso, foram enviados representantes para diversos Estados, como Áustria, Grã-Bretanha, França e EUA, inaugurando a diplomacia brasileira.

Nesse sentido, o primeiro país a reconhecer a independência brasileira foram os Estados Unidos, em maio de 1824. Os americanos eram contrários ao colonialismo europeu e tinham interesse em estender sua influência sobre o continente americano, por meio da Doutrina Monroe. Todavia, o discurso de não intervenção e contra o colonialismo europeu escondia o interesse de diminuir a influência inglesa, assim como, garantir aos EUA a obtenção de vantagens comerciais e liderança junto ao continente americano.

O primeiro país a nos reconhecer como independente foram os Estados Unidos, em 1824, devido à “Doutrina Monroe” criada pelo presidente James Monroe em 1823, contrária a qualquer intervenção

européia na América, cuja síntese é “A América para o americano” (SILVA, 1937, p.103).

Entretanto, na Europa, como consequência da Revolução Francesa e das campanhas de Napoleão, a Santa Aliança defendia as bases do absolutismo e do colonialismo, opondo-se ao reconhecimento da independência de qualquer ex-colônia na América Latina. Nesse contexto, a Inglaterra foi a grande intermediária junto à sociedade internacional para o reconhecimento da independência brasileira, visto que não pertencia à Santa Aliança e desejava obter vantagens comerciais e privilégios políticos no Brasil.

O governo inglês assumiu também a posição de mediador entre Brasil e Portugal, buscando um acordo que satisfizesse a Casa de Bragança e permitisse o reconhecimento do Império do Brasil. Não era interessante para os ingleses reconhecer a independência brasileira antes dos portugueses, devido ao seu histórico de amizade e relações comerciais com os lusitanos.

Depois de muitas negociações, o primeiro país europeu a reconhecer a formação do Brasil foi justamente Portugal. Foi o primeiro passo da consolidação da independência brasileira, apesar disso, a emancipação não marcou nenhuma ruptura com o processo histórico colonial, pois as bases socioeconômicas, como trabalho escravo, monocultura e latifúndio, que representavam a manutenção dos privilégios aristocráticos, permaneceram inalteradas. Assim, com a mediação da Inglaterra, Portugal veio a reconhecer a independência por intermédio do Tratado de Amizade e Aliança, em 29 de agosto de 1825.

Esse Tratado de Independência foi celebrado no Rio de Janeiro, tendo sido ratificado pelo Imperador Dom Pedro I. Algumas de suas disposições, por serem consideradas demasiado impopulares, constaram apenas de um protocolo adicional que foi redigido e assinado em segredo (LERER, 2021). Com efeito, o documento representou uma vitória com danos e sacrifícios para o lado brasileiro, que obtinha o tão sonhado reconhecimento a custo de pesadas indenizações e da concessão do título imperial a Dom João VI.

A indenização paga a Portugal aumentou os problemas econômicos brasileiros. O elevado valor de 2 milhões de libras esterlinas, obrigou o Brasil a contrair empréstimo junto à Inglaterra e, conseqüentemente, aumentou a sua dívida

externa. Entretanto, o reconhecimento português abriu as oportunidades para o Brasil comercializar com outros países e, desta maneira, justifica-se seu pagamento (FAUSTO, 1995).

Pressionado pela Inglaterra, Portugal nos reconheceu em 1825 mediante o pagamento de dois milhões de libras (1.400.000 libras para Portugal pagar parte de sua dívida à Inglaterra e 600.000 libras para indenizar D. João VI) e a concessão de D. João VI do título de Imperador Honorário do Brasil (SILVA, 1937, p.103).

O Tratado de Amizade e Aliança de 1825, além de reconhecer a independência do Brasil em relação aos Reinos de Portugal e Algarves, trouxe disposição acerca do tratamento a ser destinados aos cidadãos de ambos os países, constituindo "a primeira atuação no sentido de formação de uma comunidade luso-brasileira, que existia no espírito de muitos intelectuais de ambos os países" (MAGALHÃES, 1999, p. 89). Dispunha seu artigo V:

Os súbditos de ambas as Nações Portuguesa e Brasileira serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da nação mais favorecida e amiga, e seus direitos e propriedades religiosamente guardados e protegidos; ficando entendido que os actuais possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens. (TRATADO de Amizade e Aliança de 1825).

Depois de Portugal, a Inglaterra, potência econômica mundial, tratou de reconhecer o Brasil como país independente. Entre as exigências inglesas, merece destaque a imposição para que o Brasil acabasse com o tráfico de escravos, processo esse que se alongou no tempo e foi alvo de atrito entre Brasil e Inglaterra. Em 1826, o governo brasileiro assinou um tratado com os ingleses estabelecendo que em três anos o tráfico de escravos seria considerado ilegal e reservando a Inglaterra o direito de inspecionar navios suspeitos de comércio de escravos. A ratificação do tratado ocorreu em 1831, quando foi decretada uma lei proibindo o tráfico negreiro no Brasil. A lei permaneceu no papel, não sendo cumprida, "a lei de 1831 foi considerada uma lei 'para inglês ver'. Daí para frente essa expressão, hoje fora de moda, se tornou comum para indicar alguma atitude que só tem aparência e não é para valer" (FAUSTO, 2001, p.105). Somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz a questão do tráfico de escravos foi efetivamente regulada pelo Brasil.

Outra exigência negociada pelos ingleses foi a renovação do Tratado de Comércio e Navegação de 1810, que dava o privilégio aos ingleses de pagarem somente 15% de impostos sobre produtos vendidos para o Brasil, sendo este estendido a outras nações, como a França, Áustria, Bélgica e Dinamarca.

A Inglaterra reconhece o Brasil em 1826 mediante a renovação dos Tratados de 1810: continuação dos privilégios alfandegários ingleses no Brasil (15%) e o compromisso de extinguir o tráfico negreiro até 1830 (SILVA, 1937, p.103).

Seguindo os passos da Inglaterra, outras nações europeias reconheceram a formação do Brasil. Após as gestões brasileiras de Antônio Teles das Silva Caminha e de D. Leopoldina (junto ao seu pai), a Áustria reconheceu o Império do Brasil em 27 de dezembro de 1825. Já os franceses o fizeram em 7 de junho de 1826, fruto da criação de consulados comerciais entre os países e da nomeação de Borges de Campos e Conde de Gestas como representantes diplomáticos, respectivamente, do Brasil e da França. Ainda no ano de 1826, diversos Estados alemães reconheceram o Brasil, como Hanover e a Prússia. Na sequência, a Suíça e os Países Baixos, em 1826, e o Império Russo, em 1827, reconheceram a independência brasileira (FROTA, 2000).

As relações com a Santa Sé, em Roma, encontraram resistência devido à influência portuguesa. Somente em 23 de janeiro de 1826, o monsenhor Francisco Correia Vidigal logrou êxito para os brasileiros junto ao Papa Leão XII. Assim, a Igreja Católica reconheceu a emancipação do Brasil de Portugal e preservou o Regalismo.

Já a Espanha tardou em reconhecer o Brasil independente, uma vez que tal atitude reforçaria os movimentos de emancipação que ocorriam em suas colônias na América Latina. Com isso, somente em 1834 foram estabelecidos laços diplomáticos entre o Brasil e a Coroa Espanhola.

Na América Latina, as nações recém-independentes adotaram a República como forma de governo e relutaram em reconhecer a independência brasileira, pois o Brasil adotou a monarquia e manteve no comando do país um imperador português, que também era o herdeiro da Coroa Portuguesa. Somado a isso, o sucesso diplomático brasileiro em relação ao reconhecimento da independência

pelas nações europeias gerou a desconfiança dos governos americanos, muitas vezes retratando D. Pedro I como delegado da Santa Aliança na América. Dessa forma, havia receio de que os países europeus pudessem usar o Brasil para tentar a recolonização americana. Dessa feita, somente em 1825, o México reconheceu a independência brasileira, sendo o segundo país do continente americano a fazê-lo.

Com isso, constata-se que, ao longo de sua trajetória, o governo imperial se viu obrigado a contrair vários empréstimos que supriam a demanda interna por produtos industrializados e a questão do escravismo se arrastou até os fins do século XIX, quando a princesa Isabel finalmente aprovou os termos da abolição.

Assim, para o Brasil ser realmente considerado independente era necessário e fundamental o reconhecimento da sociedade internacional. Nosso processo de independência foi conturbado devido à conjuntura internacional da época, com diversas nações influenciadoras, e que o Brasil pagou um alto preço em dinheiro e em concessões. Pode-se destacar, além da resistência de Portugal à independência brasileira, a atuação dos EUA, primeiro país a reconhecer o Brasil como país independente, devido à Doutrina Monroe; e da Inglaterra, maior potência econômica da época, que mediu o processo junto a Portugal, visando seus interesses econômicos.

b. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A SOCIEDADE INTERNACIONAL: PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS

Após a proclamação da Independência por Dom Pedro I, uma série de regiões internas do Brasil, leais aos portugueses, rebelaram-se contra a decisão, com destaque para as províncias do Pará, Bahia, Maranhão e Cisplatina (atual Uruguai), as quais não aceitaram a separação, dando início à chamada Guerra da Independência.

Segundo Koshiba (2010), tropas portuguesas no Norte e Nordeste se recusaram a acatar a emancipação do País de Portugal. Governantes e comandantes militares portugueses na Bahia, Pará, Piauí e Maranhão implementaram levantes armados a fim de manter a submissão de suas províncias à corte de Lisboa.

Dentre essas revoltas, a mais intensa foi a luta de independência na Bahia, onde, desde junho de 1822, o General Madeira se esforçava para fazer valer as

ordens emanadas da Coroa Portuguesa. A partir de então, tropas a favor da independência brasileira foram enviadas para sitiá a cidade de Salvador. Destaca-se a participação do Exército Brasileiro, por meio da Brigada do Major José de Barros Falcão de Lacerda, composta por 1300 soldados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que foi crucial para forçar a rendição do General Madeira. Em 2 de julho de 1823, a resistência a favor da colonização da Bahia finalmente foi derrotada.

Somente após a resistência da população local, a intervenção de mercenários enviados pelo Rio de Janeiro e a participação do Exército do Brasil Império, os levantes foram derrotados, o que ocorreu em agosto de 1823, com a queda da última resistência portuguesa no Pará. Tais fatos recrudesceram a necessidade de apoio externo ao novo país, contribuindo para as negociações do reconhecimento da independência brasileiro com Portugal.

Os EUA, que já nutriam especial simpatia pelos movimentos emancipatórios das colônias do continente, encontraram na independência brasileira uma oportunidade de desenvolvimento, difusão e aplicação da Doutrina Monroe, apregoando a “América para os Americanos”. A Doutrina Monroe tinha por objetivo elevar a influência dos Estados Unidos enquanto uma liderança do continente americano. Defendia que nenhum país americano seria colonizado novamente por nenhuma outra nação, valorizava a autonomia de cada país no âmbito econômico, defendendo a não participação da Europa em nenhuma esfera interna de qualquer país latino-americano. Dessa maneira, a Doutrina Monroe contribuiu para a não ocorrência de uma possível recolonização na América e garantiu a influência e os interesses dos EUA nos países americanos (TEODORO, 2020).

No âmbito da América do Sul, o movimento de emancipação das colônias espanholas, oriundos das campanhas de Simón Bolívar e José de San Martín, repercutia na Europa. Os periódicos do velho continente afirmavam que a América iria pesar na Balança das Nações com todo o peso do seu imenso e fértil território e de sua população sempre crescente (LIMA, 2019). As novas nações sul-americanas atraíram o interesse comercial das potências europeias, porém as disputas territoriais e o fato de o Brasil conservar-se como a única monarquia entre as repúblicas recém-libertas da antiga América Espanhola fomentaram diversos confrontos e entraves ao desenvolvimento regional e ao relacionamento entre os Estados.

Um exemplo disso foram os eventos ocorridos na Cisplatina. A região

foi alvo de atrito desde o século XVII, no período colonial, sendo a Colônia de Sacramento como pivô das disputas entre Portugal e Espanha. A independência do Brasil, herdeira das posses portuguesas na América do Sul, foi sucedida pela incorporação deste território, na época denominado Província da Cisplatina. Os direitos sobre a região foram reclamados pela Província Unida do Rio da Prata, atual Argentina, o choque de interesses dos dois novos Estados resultou na deflagração da Guerra da Cisplatina, em 1825. Após três anos, o conflito se encerrou, tendo por consequência a independência da região de litígio, tornando-se a República Oriental do Uruguai; o endividamento do Brasil e da Argentina e o recrudescimento das tensões entre os países do Cone Sul da América (GÓES FILHO, 2013).

Já nas fronteiras da região amazônica foram necessárias quase três décadas para que se finalizasse o primeiro tratado de limites. O Tratado de Santo Idelfonso de 1851 pacificou questões limítrofes com Peru, Venezuela e Bolívia com base no princípio do *uti possidetis*, amplamente empregado pela diplomacia nacional nas questões limítrofes com seus vizinhos (GÓES FILHO, 2013). Tal princípio pode ser entendido como uma fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, direito esse fundado na ocupação efetiva e prolongada e independentemente de qualquer outro título.

A consolidação da independência brasileira trouxe o desafio de construção da identidade nacional; da integração e coesão de um território de dimensões continentais, ocupando mais da metade da América do Sul, e o estabelecimento de políticas econômicas com outros Estados, agora sem a mediação de Portugal. Nesse contexto, acordos existentes foram ratificados, principalmente em relação à Inglaterra, que, ao intermediar o reconhecimento português da independência brasileira, impôs a continuidade das tarifas praticadas desde 1810, além de pressionar o Brasil pelo fim da escravidão. Dessa forma, o Brasil permaneceu dependente tributariamente e economicamente da Inglaterra, nesta feita de maneira direta como assevera Cervo e Bueno:

[...] esteve ainda profundamente condicionada pela hegemonia inglesa sobre Portugal, estabelecida por meio de uma aliança histórica, cujos efeitos foram transferidos ao Brasil: a ingerência política inglesa nas decisões da corte do Rio de Janeiro e o modelo mais acabado de inserção dependente no sistema internacional produzido

pela Revolução Industrial, conforme os termos dos tratados de 1810 (CERVO; BUENO, 2002, p. 22)

Ademais, o reconhecimento internacional da independência do Brasil foi de fundamental importância para o prosseguimento do Primeiro Reinado. Em 1828, Dom Pedro I estabeleceu uma política livre-cambista ao estender a taxa alfandegária de 15%, anteriormente exclusiva aos ingleses, a todas as demais nações do mundo. Essa medida se instituiu como um novo obstáculo para o incremento da economia brasileira.

Sendo assim, a independência do Brasil, embora tenha permitido legalmente o início da diplomacia brasileira enquanto país propiciando a relação direta com os demais países, manteve os resquícios coloniais da dependência econômica e tributária, além do grande endividamento brasileiro pela indenização aos portugueses para ter sua emancipação reconhecida.

Nesse ínterim, observou-se que a Independência do Brasil provocou diversas consequências internas e externas, afetando a sociedade internacional, especialmente na América e na Europa. As revoltas de portugueses, em território brasileiro e na Europa, contra a emancipação, a abertura comercial brasileira, o crescimento da influência econômica dos EUA e, principalmente da Inglaterra, bem como a desconfiança das novas repúblicas da América do Sul ao Império do Brasil caracterizam o período posterior ao 7 de setembro de 1822.

3. CONCLUSÃO

A Independência do Brasil representou o rompimento definitivo da sua subordinação administrativa formal com Portugal. Envolvido num cenário de instabilidade, o processo de separação da nova monarquia sul-americana foi marcado por um reconhecimento tardio e por significativas consequências internas e na sociedade internacional.

Infere-se que a dificuldade inicial de reconhecimento internacional da independência brasileira fez com que o incipiente governo brasileiro trabalhasse no sentido de estabelecer relações internacionais com os principais países europeus e com os EUA. Desse esforço e sob mediação da Inglaterra, o Brasil conquistou gradualmente o reconhecimento da sua autonomia, superando óbices como a atuação

da Santa Aliança e do próprio absolutismo, fato que passou a permitir a sua atuação como ator global independente da sua antiga metrópole.

Conclui-se que o processo de reconhecimento da independência do Brasil onerou sobremaneira os cofres do Estado. A dificuldade em estabelecer seu comércio exterior, especialmente com os países mais desenvolvidos, somada com a crescente demanda por investimentos internos, obrigou o governo imperial a contrair empréstimos bastante significativos, gerando mais um fator de instabilidade no processo de independência.

A atuação da nascente diplomacia brasileira foi fundamental para o reconhecimento da Independência. No campo político, o respaldo buscado junto aos EUA foi essencial para que se estabelecessem laços de confiança e apoio nas causas dos assuntos nacionais do continente americano frente aos interesses dos países europeus, caracterizada pela Doutrina Monroe. Não por acaso foram os EUA o primeiro país a reconhecer o Brasil como um Estado independente perante a comunidade internacional. Já no continente europeu a Inglaterra teve papel destacado junto a Portugal para que este aceitasse definitivamente a nossa condição de independência. Na sequência, já com o reconhecimento de Portugal, as demais potências europeias fizeram por reconhecer o Brasil como nação livre do jugo colonial. Assim, observa-se que a atuação de destacados artífices da independência nacional que estavam junto a Dom Pedro I foram fundamentais para o estabelecimento das relações internacionais e o consequente reconhecimento do Brasil como nação.

No campo econômico, conclui-se também que houveram concessões alfandegárias e pagamentos de indenizações à Inglaterra e Portugal respectivamente. As lutas internas pela consolidação da independência também pesaram demasiadamente aos cofres do Estado do Brasil. Nesse aspecto D. Pedro I teve que articular com os representantes do Império brasileiro as necessidades fundamentais para que o Brasil obtivesse condições econômicas de sustentar e manter a independência perante a Portugal. Os empréstimos junto à Inglaterra, a postergação do escravismo, do sistema de monocultura e dos latifúndios atrasaram sobremaneira o desenvolvimento do Estado brasileiro. Contudo, apesar dos reveses econômicos, o imperador evitou a fragmentação do Brasil e conseqüentemente a manutenção do imenso território unificado.

As lutas internas e na Província Cisplatina foram uma das consequências da independência nacional. As divergências internas de elites compostas por portugueses e brasileiros levaram às lutas intestinas com pesadas perdas humanas. Entretanto, a vontade dos nacionais brasileiros e do imperador superaram as adversidades impostas pelos fatores econômicos e militares desfavoráveis naquele período histórico do Brasil. Nesse aspecto, fez-se nascer oficialmente o Exército brasileiro a partir da independência da organização castrense de Portugal.

O reconhecimento da independência brasileira junto às ex-colônias espanholas na América do Sul também foi conturbado. A peculiaridade do Brasil ao estabelecer uma monarquia herdeira da Coroa Portuguesa e o relativo apoio da Inglaterra e depois da Santa Aliança não facilitaram ao Brasil se relacionar e assumir certa liderança regional. Os atritos com a Argentina e a questão da Cisplatina com a formação do Uruguai, assim como demais questões territoriais envolvendo outros países sul-americanos como a Bolívia e Peru somente foram resolvidos ao longo do século XIX e XX, afetando o processo de integração regional até os dias atuais.

Por fim, a independência do Brasil proclamada no dia 7 de setembro de 1822 marcou o princípio do processo de separação de Portugal. Esse processo se alicerça com o necessário reconhecimento do Brasil como um Estado independente. O governo centrado na figura do imperador Dom Pedro I, o imenso território herdado e do sentimento de nação do habitante dessa terra foram fundamentais para o devido reconhecimento pelas potências estrangeiras e pelos países da América Latina. Ressalta-se que, o Exército Brasileiro contribuiu para a consolidação da independência brasileira ao defender os interesses nacionais frente à ameaça gerada por aqueles que buscavam manter o controle de Portugal, garantindo as condições para a formação de uma nação livre e reconhecida no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 3.352-A, de 30 de junho de 1864**. Concede a Thomaz Denuy Sargent faculdade pelo prazo de noventa annos para, por si ou por meio de uma Companhia, estrahir turfa, petroleo e outros mineraes nas Comarcas do Camamú e Ilhéos, da Provincia da Bahia, 1864. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3352-a-30-no->

[vembro-1864-555171-publicacaooriginal-74298-pe.html](#). Acesso em: 05 de dezembro de 2022.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Petróleo! Salvação ou desgraça do Brasil?** Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, 1950.

_____. **Dever Militar e Política Partidária**. Exemplar N° 1508. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1959.

_____. **Memórias de um soldado legalista**. Tomo I. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2016.

_____. _____. Tomo II. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2017.

CASTRO, Celso. GAGLIAR, Juliana. **A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904)**. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/download/33819/18952>>. Acesso em: 07 Janeiro 2022.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana; **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2 ed. 1995.

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2019.

MARANHÃO, Ricardo. O petróleo é nosso. **Revista de Geopolítica**, Edição Especial, v. 8, n° 2, pp. 18 - 31, 2017.

MARQUES, Bruno Pereira. SALVADOR, Regina. **Geopolítica do petróleo: de Estrabão à(s) guerra(s) do Iraque**. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n° 16, Lisboa, Edições Colibri, pp. 191-200, 2003.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2009.

MONITOR MERCANTIL. **Petrobras: 67 anos a serviço do Brasil**. Disponível em:<<https://monitormercantil.com.br/petrobras-67-anos-a-servico-do-brasil/>>. Acesso em 02 Jan 2022.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Verbetes - Revolução de 1930, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>> Acesso em: 03 janeiro 2022.

SILVA, Daniel Neves. **A Revolta da Vacina**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com>>.

br/idade-contemporanea/insurreicao-popular-na-revolta-da-vacina.htm>. Acesso em: 7 Janeiro 2022.

SORG, Letícia. **Revolta da Vacina convulsiona o Rio contra reforma urbana autoritária**. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/revolta-da-vacina-convulsiona-o-rio-contra-reforma-urbana-autoritaria>>. Acesso em: 11 Janeiro 2022

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TC Inf RAFAEL **LANDSKRON** BATISTA; Maj Inf JOSÉ MARIA **SYDOW** DE BARROS; Maj Inf MARCELO PEREIRA DE **CASTRO**; Maj Int MARCELO DE ALMEIDA **FERES** VIEIRA; Maj Inf **KENDERSON** RODRIGUES SILVA; Maj Inf **MARCELO** RODRIGUES DE OLIVEIRA; Maj Eng FÁBIO **RENAN AZEVEDO** DE SOUZA; Maj Eng **CRISNALDO** MENESES LEAL; Maj Int RODRIGO DA SILVA **MEIRELES**; Maj Art ÉLTON CONCEIÇÃO **SOARES** e Maj Cav ANGELO DINIZ **COMASSETTO**.¹

1. INTRODUÇÃO

O ano de dois mil e vinte e dois marca o Bicentenário da Independência do Brasil, processo este que, ao contrário do que acredita grande parte dos brasileiros e porção significativa da historiografia sobre o tema, não foi um movimento simples e amigável, de meros ajustes políticos. Ao contrário, caracterizou-se como uma guerra efetiva, marcada por inúmeros combates que seriam determinantes para a consolidação da independência. Nesse sentido, Fausto (2010, p. 213) afirma que “não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral”.

Nesse sentido, é importante destacar alguns antecedentes que pavimentaram o caminho para a independência, como a vinda da Família Real de Portugal para o Brasil, ocorrida em 1808. Uma das primeiras medidas tomadas por D. João, após a sua chegada ao Brasil, foi a abertura dos portos às nações amigas, viabilizando o comércio da colônia com outras nações, especialmente com a Inglaterra, encerrando o monopólio comercial da colônia com a metrópole.

1 Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

Ademais, a presença da Corte portuguesa no Brasil, bem como a necessidade de administrar o Império Português a partir da colônia, que fora elevada à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, propiciou a implementação de melhorias em diversas áreas, permitindo a constituição de elementos estruturais de um Estado, tais como: a fundação de partidos políticos, a criação do Banco do Brasil, a criação de universidades e da Real Academia Militar, em 1810.

Como consequência da permanência da Corte no Brasil, em 1820, eclodiu em Portugal a Revolução Liberal do Porto, que reivindicava o retorno do rei D. João VI para Portugal, além do restabelecimento do monopólio comercial sobre o Brasil e o retorno à situação de colônia. Entretanto, essa pretensão causou o descontentamento de parte da população, que temiam uma possibilidade de recolonização e a consequente perda de autonomia.

A seguir, serão analisados os aspectos gerais da Guerra de Independência do Brasil, destacando particularidades da movimentação de forças antes do conflito, das motivações da resistência à emancipação na região Nordeste do Brasil, das frentes de resistência e da batalha na província da Cisplatina, concluindo sobre sua importância para a manutenção da unidade nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

a. A MOVIMENTAÇÃO DE FORÇAS ANTES DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

A Independência do Brasil foi resultado de um processo iniciado anos antes do grito do Ipiranga. No rastro da independência, encontram-se alguns movimentos pró-independência, que contou com a participação de militares como indivíduos, como um elemento social que agiu em busca da libertação do domínio português e que, desta forma, participou do processo de emancipação do país. Segundo Sodré:

Em todos os movimentos de rebeldia, os militares apareceram com destaque e refletiram, em seu próprio meio, a aversão aos lusos, com a particularidade, no caso da força armada, de que, nela, o problema era hierárquico, pois os comandos eram lusos, havendo choque en-

tres estes e os subordinados (SODRÉ, 1968, p. 95).

Durante o período que antecedeu a Independência do Brasil, a conjuntura na colônia não propiciava tranquilidade. A crise política e econômica gerava um ambiente de insegurança e inquietação, exigindo uma postura decisiva do Príncipe Regente a respeito dos dilemas que se apresentavam: a opção entre brasileiros ou portugueses, entre independência ou recolonização (BRASIL, 2022).

Nesse panorama, a permanência de D. Pedro no Brasil após o “Dia do Fico”, em 9 de janeiro de 1822, marcou o acirramento das tensões entre portugueses e brasileiros, dando início à movimentação de forças militares antes da Guerra de Independência, visto que a oficialidade da Divisão Auxiliadora (Div Aux) passou a contestar a decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil, contrariando as determinações da Corte portuguesa.

A Div Aux era uma tropa vinda de Portugal por ordem do próprio rei D. João VI. Tratava-se de uma força experimentada nas campanhas contra Napoleão, na Europa, e era composta por cerca de quatro Batalhões de Infantaria e uma Bateria de Artilharia. Seu comandante, e também Comandante das Armas, era o Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, militar conhecido por sua arrogância e autoritarismo. Em 1817, quando a Div Aux chegou ao Brasil, desdobrou um Batalhão em Pernambuco, se instalando no Rio de Janeiro com o 11º Btl Inf, o 15º Btl Inf, o 3º Btl de Caçadores e uma Bia Art (BINDER, 2006, p. 35).

Na esteira do aumento das tensões que se seguiram após o “Dia do Fico”, o Tenente-General Avilez orquestrou seu próprio pedido de demissão, a fim de provocar a agitação e o levante das tropas portuguesas integrantes de sua divisão. Houve grande desordem no Rio de Janeiro, conforme destaca Bittencourt (2006, p. 160), “o pedido de demissão de Avilez do governo-de-armas da Corte e Província do Rio de Janeiro indicou um enfrentamento, já renunciado, entre o Príncipe e as tropas da Divisão Auxiliadora”.

A agitação nos quartéis era crescente, insufladas pelo Tenente-General Avilez, o que motivou o General Joaquim Xavier Curado (1746 – 1830), brasileiro, o Coronel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho (1760 – 1826), brasileiro, e o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares (1776 – 1835), português, a convoca-

rem imediatamente seus subordinados para apoiarem o Príncipe Regente, uma vez que, conforme ressalta Bittencourt:

Para dar conta da situação, D. Pedro nomeou Joaquim Xavier de Curado, general de grande experiência, com importantes serviços prestados à monarquia, para assumir o governo-de-armas da Corte e Província, em substituição ao demissionário. Avilez procurou apoio nas tropas [...]. Na madrugada de 12 de janeiro, Avilez reuniu seus homens no Morro do Castelo, numa atitude intimidatória. Em resposta, Xavier Curado também se posicionou, ocupando o Campo de Santana, e pareceu iminente um confronto entre as duas forças. O comando de Avilez preferiu abortar o embate (BITTENCOURT, 2006, p. 160).

D. Pedro sentia a necessidade da criação de um exército genuinamente brasileiro, que lhe proporcionasse prestígio e resguardasse sua autoridade. Deste modo, para enfrentar a Div Aux, decretou o recrutamento geral para a organização de unidades com tropa brasileira, com a mobilização das tropas de 2ª linha, as milícias. Assim, oito meses antes da proclamação da Independência do Brasil, surgia neste episódio um Exército Brasileiro para enfrentar a Divisão Auxiliadora (MOURA, 2020, p. 80).

A rápida mobilização pró-D. Pedro, muito significativa em número, teve grande participação popular, conferindo-lhe maior força política. Ademais, o fato da mobilização ter ocorrido por determinação do Príncipe Regente surpreendeu as tropas portuguesas (NETO, 2015, p. 169). Assim, após o evento ocorrido em 12 de janeiro, as forças portuguesas atravessaram a baía e estacionaram em Armação, em Niterói, onde, no dia 9 de fevereiro, embarcado na fragata União, D. Pedro intimou o Tenente-General Avilez a retornar para Portugal, conduzindo a Div Aux, fato que se concretizou no dia 15 daquele mesmo mês (BRASIL, 2022).

Assim sendo, conclui-se parcialmente que a expulsão das forças portuguesas alicerçou a preparação da independência brasileira, exaltando o prestígio obtido pelo Príncipe Regente, que se configurou como elemento aglutinador do destino da emancipação brasileira.

b. AS MOTIVAÇÕES DA RESISTÊNCIA À EMANCIPAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE

A colonização da região Nordeste do Brasil atendeu aos imperativos de proteção territorial e do exclusivismo comercial, característicos do Pacto Colonial português. Dessa forma, a expansão das atividades econômicas no Brasil, a partir do século XVII, bem como as invasões estrangeiras, sobretudo da França no Maranhão, exigiram que a coroa portuguesa dividisse sua colônia ultramar em 02 (duas) unidades administrativas distintas: o Estado do Brasil, com a capital em Salvador, e o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luís (FAUSTO, 2010, p. 90).

No campo político, o governo de D. João VI (1808 - 1822) foi marcado por uma série de medidas que concediam privilégios políticos e direitos aos súditos brasileiros. Essas concessões criaram um ambiente favorável para a aproximação da parcela beneficiada da população local com Portugal, principalmente em relação a Salvador, região muito mais desenvolvida que o Rio de Janeiro (CARVALHO JUNIOR; PORTO FILHO, 2016, p. 24).

As Cortes Portuguesas, convocadas em 1821 para a elaboração de uma Constituição para o reino lusitano, inicialmente fomentaram a desunião do Brasil, privando-o de seu centro natural de atração, o Rio de Janeiro. Para tanto, buscaram o estabelecimento de ligações diretas com cada uma das províncias, como ocorria nos tempos coloniais (LIMA, 2019, p. 21). Essa atitude visava enfraquecer as ideias libertárias que já circulavam livremente em solo americano e garantir ao Estado português as condições econômicas necessárias para seu soerguimento após as guerras e crises que assolaram o país desde a transmigração da família real, em 1808.

Nesse contexto, os representantes das províncias do Norte e do Nordeste junto às Cortes foram favoráveis à manutenção de seus vínculos junto a Portugal. A primeira a se manifestar a favor do movimento constitucional foi o Pará, seguido pela Bahia, Maranhão e Piauí (GOMES, 2010, p. 85). Tais atitudes revelaram os anseios de suas classes dirigentes de alcançarem maior autonomia em relação à Corte fluminense, onde as correntes políticas ao redor do trono apontavam para o direito divino da dinastia Bragança (LIMA, 2019, p. 45).

No campo psicossocial, a perda do prestígio de Salvador, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, foi um fator motivador para o surgimento da resistência à emancipação. Após a transferência da capital para a cidade fluminense, em 1763, a elite de Salvador vinha, paulatinamente, recebendo cada vez menos recursos financeiros e investimento do governo central, o que motivou os portugueses residentes na região a não aceitar a emancipação do Brasil, com receio de cada vez mais ficarem às sombras do Rio de Janeiro (VIANA PIO, 2020, p. 31).

Ademais, o problema da desigualdade regional brasileira era outro importante fator de descontentamento. O sentimento dominante na região Nordeste era de que o domínio político da colônia passara de uma cidade estranha para outra igualmente distante, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro (Ibid., p. 124).

Entre os principais aspectos econômicos que motivaram a resistência do Nordeste à emancipação brasileira, é mister relembrar que, em meados do século XVIII, tornou-se evidente para a Coroa portuguesa que o Brasil havia se tornado uma peça fundamental para os seus domínios, superando a própria metrópole em peso demográfico e econômico. Assim, partir de 1750, com a ascensão do rei D. José I e a emergência do Marquês de Pombal como Secretário de Estado, foram levadas a cabo inúmeras iniciativas do governo português no sentido de otimizar a administração da colônia e de fomentar sua economia (LINHARES, 1990, p. 116). Tais iniciativas permitiram que membros da elite colonial brasileira ocupassem posições de destaque nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições, reforçando sua aliança com o Império português (FAUSTO, 2010, p. 110).

Desta forma, a não aceitação da independência por parte de alguns comerciantes e funcionários públicos portugueses que atuavam no Brasil foi um fator importante para a resistência. A agropecuária e o comércio da Bahia estavam sob o controle majoritário dos cidadãos portugueses. Essa concentração de riqueza sob domínio lusitano reforçou a manutenção do poder político de Portugal, que fora exercido sobre o povo baiano desde o descobrimento do Brasil (VIANA PIO, 2020, p.128).

No campo militar, os eventos ocorridos no Nordeste brasileiro durante a Revolução Pernambucana, em 1817, exigiram o aumento do contingente militar do Reino nas terras brasileiras. Dessa forma, a vinda da Div Aux, comandada pelo

Tenente-General Avilez, foi determinante para debelar aquela experiência republicana. Além disso, possibilitou o desdobramento de tropas nas províncias da Bahia, de Pernambuco e do Piauí (RODRIGUES apud MOURA, 2020, p. 74). A presença dessas unidades fiéis à Coroa portuguesa provocava a superioridade lusitana sobre as forças brasileiras, que não dispunham de um componente militar organizado, possibilitando a resistência portuguesa à independência política proclamada por D. Pedro.

Outrossim, a fidelidade incondicional de militares portugueses perante o governo de Portugal foi um importante fator para a resistência. O não reconhecimento das intenções independentistas por pequena parcela militar portuguesa reforçou as ações da resistência com emprego de tropas militares no conflito da Bahia (VIANA PIO, 2020, p. 41).

Logo, infere-se parcialmente que as motivações da resistência à emancipação na região Nordeste do Brasil se encontram nos aspectos políticos, psicossociais, econômicos e militares, porém, fundamentalmente, refletem os privilégios obtidos pelas elites locais, portuguesas e brasileiras, que se opunham à ruptura com a Corte portuguesa.

c. AS FRENTE DE RESISTÊNCIA

Na Bahia, o início da guerra ocorreu com uma intensa mobilização dos baianos, constituindo diversos batalhões para a retomada de Salvador e do recôncavo da dominação lusitana. Apoiados pelos ricos senhores de engenhos, o Exército Pacificador foi formado nas cidades de Cachoeira, São Félix e Santo Amaro, após uma escuna militar portuguesa provocar a morte de brasileiros que aclamavam o príncipe D. Pedro como “defensor perpétuo do Brasil” (VIANA PIO, 2020, p. 62).

Deste modo, sob a liderança do General francês Labatut e do Almirante escocês Lord Cochrane, o Exército Pacificador, a partir de outubro de 1822, começou a impor o isolamento sobre as tropas portuguesas, que na época eram comandadas pelo General Madeira de Melo. A chamada “Fase Nacional” da Batalha da Bahia foi assinalada pelo fortalecimento do contingente de tropas brasileiras, a partir da chegada de apoio das diversas províncias, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, além da contratação de mercenários estrangeiros, bem

como pelo investimento maciço na logística do exército (armas, munição, suprimento médico, fardas, carretas de boi e dinheiro).

Em maio de 1823, após conjecturas sobre a legitimidade do General Labatut à frente do Exército Pacificador, o Coronel Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), assumiu o comando das tropas, dando início ao arrocho final da guerra para a expulsão dos portugueses, que já se encontravam muito desgastados e com o fluxo logístico de suas tropas cortado quase que totalmente. Assim, o Coronel Lima e Silva impôs ao General Madeira de Melo a retirada das tropas lusitanas no início de julho de 1823, findando a Guerra de Independência na Bahia com a expulsão das tropas portuguesas pelo porto de Salvador.

Nesse contexto, a província do Piauí não aderiu imediatamente à causa da Independência, desencadeando os conflitos no Norte do Brasil. A resistência do Piauí fundamentou-se em raízes econômicas e sociais existentes na província em relação à Portugal, o que conferia fortes laços com aquela metrópole. Ademais, a posição geográfica piauiense se constituía em região estratégica para Portugal, potencializando a importância da província.

“[...] o quadro financeiro do Piauí, em 1821, era considerado bom. A atividade agropecuária crescia vertiginosamente. [...] o comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil, além do fumo, cana-de-açúcar e outros produtos. Cerca de 50% da renda bruta das numerosas fazendas de gado do Piauí ia parar nos cofres das cortes portuguesas. O dinheiro que ficava no Piauí pagava os gastos com atividades militares e preservava a carrancuda máquina administrativa” (CASTRO, 2002, p. 8)

Assim como a província do Piauí, o Maranhão foi reticente em aquiescer com o ideal emancipatório. O Maranhão, uma das mais ricas províncias brasileiras, contava com elites agrícolas e pecuaristas intrinsecamente conectadas ao Reino português. Nesse panorama, a Guerra de Independência empreendida no Piauí foi o preâmbulo de um combate que se deslocou para o Maranhão, consubstanciando-se em um acontecimento ímpar para a unificação nacional. Com o intuito de abafar mobilizações separatistas, o governo lusitano nomeou, em 8 de agosto de 1822, o Major João José da Cunha Fidié como Governador de Armas.

Após a declaração de adesão à Independência da Vila de São João da Paranaíba e, posteriormente, de Oeira, Fidié deslocou-se com suas tropas para reprimir o movimento e retomar o controle da capital da província, quando foi interceptado por uma coluna de revoltosos, liderados pelo Capitão Luís Rodrigues Chaves, nas proximidades da vila Campo Maior, derivando na Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823, que culminou com a derrota dos piauienses. Entretanto, apesar da derrota, grande parte do material bélico das tropas portuguesas caiu nas mãos dos sertanejos, incluindo bagagens e suprimentos militares. Reflexo deste fato, Fidié chegou à conclusão de que seria inútil resistir à onda revolucionária, decidindo não mais rumar para Oeiras, refugiando-se em Caxias, na província do Maranhão (GOMES, 2010, p. 191).

A partir de Morro da Taboca, em Caxias, onde estava estabelecido, Fidié tentou desbaratar novo movimento relacionado à proclamação da Independência na localidade de São José dos Matões, vila maranhense que estava sendo influenciada diretamente pelo processo de emancipação iniciado pelos piauienses. Porém, após o insucesso de sua ofensiva à São José dos Matões, Fidié e as tropas lusas permaneceram cercados pelas tropas brasileiras até que se renderam.

Posteriormente, Lord Cochrane, tomou a capital São Luís, complementando o sucesso do cerco de Caxias e o avanço das tropas fiéis ao Imperador. A atuação firme de Cochrane garantiu a resolução célere ao processo de adesão do Maranhão ao Império, a ponto de valer ao Almirante o título de Marquês do Maranhão (NETO, 2015, p. 488).

Em outra frente de resistência, o Grão-Pará, localizado na região amazônica, foi a última província a aderir à Independência do Brasil. Ao norte do país, a elite local se encontrava intimamente ligada à metrópole. Porém, a decisão de recolonizar o Brasil desagradou os nativos que, após a chegada, em 1823, do Brigadeiro José Maria Moura para ser o novo governador da província, optaram por guerrear pela independência do país.

Em março de 1823, os primeiros combates deram ampla vantagem às tropas lusitanas. Como resposta, no início de agosto do mesmo ano, valendo-se de uma manobra ousada, D. Pedro I enviou para Belém o navio Maranhão, comandado por Jonh Pascoe Grenfell, mas, de maneira astuta, noticiou que esse navio era, na verdade, parte de uma grande esquadra. Essa pseudo-informação fez com

que os lusitanos optassem por não guerrear e permitiu que a Província de Grão-Pará fosse totalmente incorporada ao império do Brasil. Contudo, a adesão não aconteceu de forma pacífica. Além do lapso temporal de um ano, sua história registra muito sacrifício, sangue e mortes, pois a população continuava dividida. Do lado do governo local, famílias portuguesas e brasileiras ainda compactuavam com a exploração dos nativos (AUGUSTO, 2011).

Deste modo, conclui-se parcialmente que as frentes de resistência nas províncias da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará, conferiram caráter belicoso ao processo de Independência, demonstrando que a emancipação política brasileira da metrópole portuguesa exigiu o emprego de tropas em várias frentes para a manutenção da unidade nacional.

d. A BATALHA NA PROVÍNCIA CISPLATINA

A Cisplatina, desde a fundação portuguesa da Colônia de Sacramento, em 1680, figurava como uma zona de permanente conflito. A constante presença de tropas lusitanas para garantir a fronteira Sul materializava a vulnerabilidade e instabilidade da região (NETO, 2015, p. 516). Tratava-se de uma região estratégica para o Império Brasileiro, não só pela sua relação com o mundo hispânico, mas também por ser entrada para o Prata, rio que facilitava o transporte até as províncias centrais do Reino (NETO, 2015, p. 517).

Após a declaração da Independência do Brasil, as tropas portuguesas na região dividiram-se, motivadas pela obrigação de optar por Lisboa ou pelo Rio de Janeiro. Nesse contexto, o comandante das forças brasileiras, General Lecor, declarou-se favorável à D. Pedro, posicionando suas tropas em Maldonado. Do outro lado, o General Álvaro da Costa assumiu o comando das tropas fiéis à Coroa Portuguesa, permanecendo em Montevideú. Segundo Pimenta (2007, p. 44), Lecor revelou-se muito competente “na ampliação das bases de apoio - obtida com alguns dos mais ricos e influentes proprietários de terras, de gado, comerciantes da província oriental, ramificados também na província do Rio Grande do Sul”.

Conforme abordado anteriormente, o Brasil estava dividido em algumas frentes de conflitos armados contra os portugueses, como, por exemplo, uma ao Norte, na Bahia, e outra ao Sul, em Montevideú. Essas resistências somavam forças contra o governo imperial, mantendo-se fiéis à Coroa Portuguesa e fazendo

resistência à independência do Brasil

A relação das tropas americanas e europeias já era tensa desde os anos de 1820 e 1821. Essa relação era agravada pela movimentação daqueles que desejavam tornar a Cisplatina independente ou vinculá-la às Províncias Unidas do Prata. Ressalta-se que a insatisfação das tropas portuguesas era grande, principalmente por conta dos atrasos no soldo, não sendo incomum os motins e desordens causados pela tropa.

A partir de 1821, a presença de tropas portuguesas na Cisplatina era questionada pelas Cortes Gerais e discutia-se a sua retirada da região. Entretanto, tal questionamento não era unanimidade, haja vista que alguns membros da Corte Portuguesa desejavam que essas tropas fossem enviadas à Bahia, ponto que se tornou central para os portugueses no Brasil, em contraposição ao Rio de Janeiro. O risco de reforço às tropas na Bahia constituiu-se em preocupação para os brasileiros durante todo o conflito na região Sul (PEREIRA, 2012, p. 89).

Sob o comando do General Álvaro da Costa, cerca de 4 mil homens, fiéis à Coroa Portuguesa, entrincheiraram-se em Montevidéu por cerca de 17 meses. Contudo, tal resistência sucumbiu ao cerco imposto pelo General Lecor, por terra, por mar (com a Divisão Naval), e por tropas em reforço vindas do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2022).

A manutenção da Cisplatina era de fundamental importância para José Bonifácio, que idealizava a construção de um grande Império na América. Para ele, conhecido como o “Patriarca da Independência”, que era um grande influenciador de D. Pedro, “a perda daquele território colocava em risco, por exemplo, o contato do Rio de Janeiro com o Mato Grosso”, conforme aponta Ferreira (2012, p. 36). Desse modo, José Bonifácio foi o principal articulador dos contatos com a Cisplatina e com Lecor, na busca de convencer o comandante das forças portuguesas a aderirem à causa do Rio de Janeiro (NETO, 2015, p. 536).

Em 29 de abril de 1823, o Conselho Militar, sob comando do General Álvaro do Costa, já havia reconhecido a necessidade de evacuar a província Cisplatina. Entretanto, a dificuldade financeira pela qual passava a tropa e o grau de hostilidade das tropas do General Lecor teriam sido alguns dos fatores que contribuíram para alargar a permanência na região, levando à deflagração de ações

militares entre os contendores lusitanos e brasileiros (NETO, 2015, p. 538).

Desse modo, infere-se parcialmente que a disputa ocorrida na Cisplatina não decorreu da mobilização militar de elites e outros setores da população, mas sim no seio da tropa organizada, que culminou com o retorno para Lisboa da Divisão de Voluntários Reais, lideradas pelo General Álvaro da Costa, caindo o último baluarte do domínio português na América.

3. CONCLUSÃO

A Guerra de Independência do Brasil, definitivamente, não se configurou como um simples rearranjo político firmado entre Portugal e o Brasil. Ao contrário, foi marcada pelas inúmeras batalhas, ocorridas nas diversas províncias brasileiras, que opuseram aqueles que tinham o objetivo de manter a obediência à coroa portuguesa e, conseqüentemente manter seus privilégios, daqueles que desejavam a emancipação do Brasil.

Em síntese, a divergência de pensamentos e intenções quanto ao posicionamento em relação à Portugal, nos campos político, econômico, militar e social, por parte daqueles que habitavam as terras brasileiras, fez surgir um sentimento reacionário, que encontrou na figura do Príncipe Regente uma liderança contra o possível retrocesso à situação de colônia.

Constata-se que as tropas leais à coroa portuguesa não aceitaram facilmente a desobediência daqueles que reagiram às determinações vindas da Europa. Contudo, as forças aliadas ao Príncipe Regente, mobilizada rapidamente e em número expressivo, alicerçada em uma grande participação popular, além de combaterem em várias frentes, com destaque para as regiões Sul, Norte e Nordeste, foram fundamentais para dar legitimidade à emancipação brasileira.

Desta forma, conclui-se que a Guerra de Independência do Brasil foi determinante para a manutenção da unidade territorial do Brasil. Diferentemente do que se observou na América Espanhola, em que pese a grande distância geográfica e a autonomia existente entre as regiões do território brasileiro, o povo uniu-se em prol do objetivo em comum de alcançar a independência em relação à Portugal, materializada após a derrota e expulsão da Divisão de Voluntários Reais, último baluarte do domínio português na América.

Por fim, embora exista uma literatura nacional vasta e rica sobre o processo de independência, é imperativo que a História do Brasil não perpassse o sacrifício, o sangue e os ensinamentos oriundos da Guerra de Independência, fundamental para a manutenção da unidade nacional.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Jarlison. **A História da Amazônia**. Disponível em: <<https://historiacsd.blogspot.com/2011/08/o-grao-para-e-independencia-do-brasil.html>>. Acesso em: 04 Fev 22

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização: entre 1808 – 1889: 135 f** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo, 2006.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. **De alteza real a Imperador: O governo do príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de História, 2006.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro**. Brasília, 1972.

_____. Exército Brasileiro. **Guerra da Independência**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_returnToFullPageURL=/&_101_assetEntryId=1539194&_101_type=content&_101_urlTitle=guerra-da-independencia&inheritRedirect=true>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho - Independência da Bahia e do Brasil**. 2. ed. Salvador. EGBA, 2016.

CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo: A independência do Piauí**. São Paulo: FTD, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 13. Ed, 660 p., 2010.

FERREIRA, Fábio. **O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LIMA, Oliveira. **O movimento da independência (1821-1822)**. Brasília: FUNAG, 2019. 376 p.: il.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 9. Ed., 445 p., 1990

MOURA, Diego de Souza. **Bicentenário da Independência do Brasil: o papel do Exército no processo de independência**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020.

NETO, Hélio Fachini. **Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília (UNB), Brasília- DF, 2015.

PEREIRA, Aline Pinto. **A Monarquia constitucional representativa e o lócus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e a formação do Estado no Brasil**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)**. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. (org.) *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-revolução**. As Forças Armadas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira S.A, 1968.

VIANA PIO, Lucas Cerqueira. **Guerra de independência na Bahia (1822-1823): bicentenário do conflito que concretizou a emancipação política do país e marcou o início da formação do Exército (imperial) Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro – RJ, 2020.

O PAPEL DA BAHIA NA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Maj QMB **TIBÉRIO FERREIRA FIGUEIREDO**, Maj Eng **DIEGO DA SILVA AGOSTINI**, Maj Inf **RAFAEL LEITE VARELA**, Maj Inf **MARCOS DE SOUZA BRANQUINHO**, Maj Art **MARDONIO BEZERRA SILVA**, Maj Inf **CELSO MONTENEGRO JUSTO**, Maj Eng **CLERISTON BARBOSA BELLO**, Maj Cav **FERNANDO RENATO COTTA FERREIRA**, Maj Int **FERNANDO PEREIRA LUZ**, Maj Inf **GUSTAVO ASSIS VITÓRIO** e Maj QMB **JAIRO ELISEU FRANCO BEAL**.¹

1. INTRODUÇÃO

A comemoração da Independência do Brasil na Bahia reveste-se de um entusiasmo acima do vivenciado nos demais Estados. Diferentemente das demais regiões, os baianos comemoram a Independência Nacional no dia 2 de julho, data da expulsão das tropas portuguesas de Salvador em 1823. Os baianos têm razões para comemorar, pois foram os que mais lutaram e sofreram pela independência em uma guerra que durou um ano e cinco meses, mobilizou mais de 16.000 pessoas só do lado brasileiro e teve, como uma de suas consequências, centenas de vítimas fatais. (GOMES, 2010, p. 195-196).

A Bahia, em 1822, era um ponto estratégico essencial para a consolidação da Independência do Brasil. A conquista dos portugueses poderia resultar em uma fragmentação do território brasileiro, dividido entre as regiões Sul e Sudeste, sob o controle de Dom Pedro I, e Norte e Nordeste permanecendo sob o domínio português. Esta província possuía a terceira maior população da colônia, com cerca de 76.500 habitantes, dos quais, 52.400 eram escravos. À época, a cidade de Salvador era um polo econômico, onde havia uma indústria naval que produzia para o império português, bem como também era um centro exportador de produtos

1 Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

agrícolas. (GOMES, 2010, p. 196).

Os antagonismos entre Brasileiros e Portugueses cresceram a partir do ano de 1820 com a Revolução Liberal Constitucionalista, ocorrida na cidade do Porto, em Portugal. Os revoltosos exigiam o retorno de Dom João VI junto com a corte imperial para a Europa e a implantação de um Regime Monárquico Constitucional que possuía, dentre outros objetivos, um projeto recolonizador. Tal intuito acabou gerando grande insatisfação em terras brasileiras. Após esse ocorrido, houve significativo aumento na instabilidade entre os dois povos em razão das diferenças entre os partidários da causa portuguesa e os defensores da causa brasileira. (BAHIA, 2011, p. 4).

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia teve início no amanhecer de 19 de fevereiro de 1822, quando tiros foram disparados na região mais alta da cidade, próxima ao Campo Grande. Esse episódio foi causado por uma rebelião de militares brasileiros contra a decisão das cortes de Lisboa em substituir o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro e simpático à causa de Dom Pedro I, pelo general português Inácio Luís Madeira de Melo, no comando das tropas da Bahia. (GOMES, 2010, p. 197).

Os portugueses saíram vitoriosos nesse primeiro embate com os brasileiros, que não aceitaram pacificamente a derrota, e passaram a ocupar a região do recôncavo baiano. Entre fevereiro e junho de 1822, a cidade de Salvador foi dominada por tropas portuguesas, enquanto grande parte da população civil e os militares brasileiros concentravam-se nas vilas do recôncavo, preparando-se para a campanha militar que estava por vir. (TAVARES, 1982, p. 63-64).

A organização do exército de brasileiros coube a um oficial estrangeiro, o general francês Pierre Labatut. Contratado pelo Governo do Rio de Janeiro por determinação de D. Pedro, o general possuía experiência militar na América Espanhola. No entanto, a nomeação de um general estrangeiro para tal função causou reação na elite baiana em razão de sua naturalidade e medidas adotadas. (BAHIA, 2011, p. 23). Com a chegada de Labatut, o "Teatro de Operações" tomou novos rumos, vindo a protagonizar eventos de maior envergadura no campo militar, como o estabelecimento de um cerco terrestre a Salvador, a Batalha de Pirajá e os embates em Itaparica.

Desde o início do cerco terrestre até maio de 1823, a única rota de suprimentos disponível para os portugueses era pelo mar, deixando-os reféns da ajuda

de Lisboa, situada a cerca de 10.000 quilômetros de distância (GOMES, 2010, p 203). Neste mês, o almirante inglês Lord Cochrane chegou à Bahia com uma esquadra, tendo por finalidade o auxílio às tropas terrestres no cerco a Salvador e contribuir para o fim do conflito. (BAHIA, 2011, p. 26).

A seguir, será analisada a Guerra de Independência do Brasil na Bahia, com enfoque para a campanha militar no recôncavo baiano, a ação conjunta no combate em Itaparica e a ação conjunta no cerco a Salvador, concluindo sobre sua importância para a consolidação do processo emancipatório brasileiro.

2. DESENVOLVIMENTO

a. A CAMPANHA MILITAR NO RECÔNCAVO BAIANO.

Inicialmente, a própria delimitação da região do recôncavo baiano apresenta dificuldade, podendo ser entendida no contexto fisiográfico ou histórico.

A questão da definição de um limite regional preciso para o Recôncavo Baiano é bastante complexa. São várias as discussões a respeito de uma delimitação e de uma definição do seu espaço regional. Sua abrangência territorial; o grau de influência inter e intraregional e interurbano de suas cidades; suas sub-regiões; sua contiguidade espacial e cultural etc... Enfim, são muitas e diversificadas as variáveis que o diferenciam de outras regiões, entretanto, é difícil circunscrevê-la devido à abrangência simbólica que exerce sobre diversas áreas dos municípios circunvizinhos. Existe uma dificuldade histórica em estabelecer um viés de recorte regional para o Recôncavo Baiano. (SILVA, 2015, p. 95).

O entendimento fisiográfico trazido por Silva (2015) é o seguinte:

O Recôncavo Baiano é uma região do entorno da Baía de Todos os Santos, localizada no estado da Bahia. Congrega uma rede de cidades históricas portuárias em pontos estratégicos, às margens dos principais rios da região e no interior da referida baía. Nelas ainda é possível encontrar referências do patrimônio histórico edificado dos séculos XVII, XVIII, XIX e primeiras décadas do XX. (SILVA, 2015, p. 17).

Em relação ao entendimento histórico, Santos (1959) explicita da seguinte forma:

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica. [...] A unidade do Recôncavo provinha e provém das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal). (SANTOS, 1959, p. 62-65).

Após essa diferenciação, será tratado o recôncavo baiano em seu entendimento histórico para o desenvolvimento do presente trabalho, uma vez que a representação cartográfica da região tende a apresentar imprecisões de sua delimitação devido a dificuldade de se estabelecer limites precisos ao longo de diferentes conjunturas históricas.

A campanha militar no recôncavo baiano teve particularidades relevantes para o processo emancipacionista brasileiro que, para ser mais bem compreendido, necessita de um breve estudo de seu contexto.

Conforme Bento et Giorgis (2014, p. 161), desde a nomeação do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo e seu processo de intervenção autoritária, diversos episódios deploráveis mostraram a disposição da administração portuguesa, como a barbárie da tropa de Madeira de Melo na tomada do Forte de São Pedro, em Salvador. Ações lusas no Convento da Lapa, que arrombaram portas, arrasaram altares e assassinaram, cruelmente, a bondosa Sórora Joana Angélica, que protegia com protestos a vida e a honra das freiras, geraram forte extremismo no sentimento de libertação baiano, bem como fomentaram o abandono de Salvador em busca do recôncavo baiano.

Também é descrito por outros autores um incremento das hostilidades das tropas portuguesas contra civis e militares brasileiros como uma das causas do êxodo de Salvador rumo ao recôncavo:

A cidade do Salvador, desde então território dominado por tropas portuguesas, foi deixada pela população civil e por militares brasileiros derrotados em fevereiro, os quais passaram a dirigir-se para as vilas do Recôncavo, fugindo das hostilidades cada vez maiores das tropas vencedoras naquela ocasião. (GUERRA FILHO, 2004, P. 21).

Esse quadro de antagonismo entre brasileiros e portugueses, além da insatisfação com a administração de Madeira de Melo, culminaram com o fato de que “dezenas de famílias e soldados brasileiros começaram a deixar Salvador rumo às vilas do Recôncavo, onde começou a ganhar força a resistência à ocupação portuguesa em Salvador” (BAHIA, 2011, p. 6). Tal fato configurou a região do Recôncavo como polo baiano emancipacionista, com a formação de um núcleo de resistência em apoio ao Príncipe Regente D. Pedro I, reunindo o efetivo inicial necessário ao desenvolvimento do processo de independência na província da Bahia.

Nas vilas do Recôncavo, segundo Bento et Giorgis (2014, p. 161), tendo como precursora a região da vila da Cachoeira com a criação da Junta Conciliadora da Defesa, a reação nacionalista ganhou base com a instituição de uma Caixa Militar para reunir os meios necessários. Além disso, a resistência baiana desenvolveu sua organização inicial com a convocação popular, quando foram mobilizados milicianos e voluntários, e foram fundidas peças de bronze, ferro e chumbo dos engenhos para fabricação de material bélico, devido à falta de armas e munições.

Ademais, é evidenciado por Guerra Filho (2004, p. 22) um aumento na compra de pólvora e de mantimentos nas vilas do Recôncavo, o que demonstra que o povo estava se preparando para a guerra, ainda que não a tivesse planejado. Dessa maneira, toda essa formação irregular do braço militar da resistência baiana criou condições para o início da guerra de guerrilhas contra Madeira de Melo, contando com a participação de entusiasmados, crianças, padres, mulheres e até índios utilizando arco e flecha, contribuindo para desestabilizar o governo luso na Província.

Apesar da grande adesão à causa emancipacionista (foi formado um exército com mais de 10 mil homens), faltava às tropas milicianas o treinamento e a disciplina. A grande maioria dos voluntários era inexperiente em combate e até mesmo insubordinada. De acordo com Guerra Filho (2004, p. 23), alguns com-

bateram sem ao menos se filiar ao exército, mas se fizeram presentes quando o momento era decisivo, como nas batalhas de Cachoeira e do Funil.

Em relação aos portugueses, uma Carta de Inácio Luís Madeira de Melo enviada ao Rei de Portugal retratou a penosa situação econômica que perdurava há anos e que, fruto de seu agravamento, gerou o apelo do administrador à coroa portuguesa:

[...] O espírito revolucionário tem abrangido toda classe de brasileiros, e tão espantosa tem a deserção da cidade para o Rio de Janeiro e Recôncavo, que repartições civis quase inteiras têm tomado tal expediente; mas elas se fazem ainda mais sensíveis no Arsenal da Marinha e Trem do Exército, donde têm fugido quase todos os operários, não só pelo seu espírito revoltado; mas porque a falta de pagamento e a carestia dos víveres os reduziu à última penúria. [...] A falta e carestia dos víveres é cada vez mais excessiva; as últimas povoações (Prado e São Mateus), donde vinha alguma farinha de mandioca, foram obrigadas a revoltar-se [...] O povo já sofre, e muito virá a sentir com a privação daqueles gêneros; ele não sofrerá menos com a dificuldades para fornecer a tropa e a esquadra de víveres e de petrechos e munições, e não só a escassez de tudo ocasiona este mal, mas também o triste estado das finanças que vai progressivamente piorando. [...] (BAHIA, 2011, p. 17).

Sendo assim, ressalta-se que a região do recôncavo baiano, como reduto patriótico, passou a ser destino de grande massa popular em deserção. Tal acréscimo de efetivo, insatisfeito com a dificuldade econômica enfrentada, sobretudo em gêneros alimentícios, fortaleceu o já existente sentimento revolucionário, gerando maior terreno fértil para a campanha militar no recôncavo baiano. Em diversas cidades da região, houve proclamações em favor de D. Pedro I como governante do Brasil, como externalização desse sentimento.

Dessa maneira, infere-se, parcialmente, que o estabelecimento desse grande reduto patriótico no recôncavo baiano, com sua resistência formada, com organização militar não convencional desenvolvida, insatisfeita político-economicamente e com extremado sentimento de libertação, permitiu a execução da revolução brasileira, sobretudo como força para compor a campanha militar con-

tra o domínio português, contribuindo em última análise para o processo emancipatório brasileiro.

b. O COMBATE EM ITAPARICA

Após a proclamação da Independência do Brasil por Dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, a luta armada prosseguiu na Bahia com o objetivo de pôr fim à resistência portuguesa que ainda tentava restaurar a condição de colônia para o Brasil, recuperando o domínio territorial para a coroa portuguesa.

A Ilha de Itaparica, que está localizada no litoral nordeste da Bahia, na Baía de Todos os Santos, a cerca de 13 quilômetros do continente, possui aproximadamente 239 quilômetros quadrados de superfície e 36 quilômetros de comprimento, sendo divididos entre os municípios de Itaparica e de Vera Cruz.

No contexto tático, essa ilha representava para as forças brasileiras um local estratégico, pois era rota das embarcações que transportavam suprimentos para as forças portuguesas, além de permitir o acesso a vila de Cachoeira, sede da revolução contra as tropas lusitanas e local que estocava os suprimentos classe I (gêneros alimentícios) do Exército Brasileiro.

Os acontecimentos anteriores à data da eclosão dos primeiros embates ajudaram a moldar o ambiente operacional vivido nos combates de Itaparica. Cabe destacar que desde essa época, embora, logicamente, ainda não existisse o conceito de armas combinadas ou de operações conjuntas entre forças terrestres e navais, traços característicos desse tipo de operação podem ser observados com um olhar mais atento, evidenciando uma "ação conjunta" no cenário analisado em Itaparica.

A movimentação de Portugal contra o clima de insatisfação da colônia aumentou consideravelmente ao longo do ano de 1822. De acordo com a obra "2 de Julho - A Bahia na Independência Nacional" (2011, p. 66), uma das primeiras ações militares foi o envio de uma tropa composta por 80 praças da Legião Lusitana comandada pelo Capitão Joaquim José Teixeira, apelidado de "Trinta Diabos", para tomar o Forte de São Lourenço, situado em Itaparica. Essa missão fracassou, mas chamou a atenção dos baianos quanto a real necessidade de uma preparação antecipada para fazer frente à máquina de guerra portuguesa.

Em Itaparica, o início da resistência contém os primeiros traços da união de forças terrestres e navais para a defesa da ilha. Antônio de Souza Lima, português favorável à causa brasileira, organizou um batalhão com 300 homens, improvisando munição com pólvora retirada dos canhões da Ilha do Morro de São Paulo. Além disso, no intuito de formar uma pequena flotilha, artilhou as embarcações com canhões, tudo com a intenção de fortificar a Ponta de Nossa Senhora e interditar o acesso português ao interior da baía, segundo a obra “2 de Julho - A Bahia na Independência Nacional” (2011, p. 67). Dessa forma, ficou materializada a união entre forças terrestres e navais para a consecução de objetivos militares nas Guerras de Independência.

A tentativa lusitana fracassada de realizar um desembarque em Mangui-nhos, em outubro de 1822, levou os defensores de Itaparica a realizarem uma defesa centrada em forte apoio de fogo de costa e naval. Para isso, trincheiras foram cavadas na costa leste da Ilha, 16 peças de Artilharia foram inseridas na Fortaleza de São Lourenço e uma guarnição de mais de 3.000 homens passaram a dar apoio às ações de guerrilha naval empreendidas por João Francisco de Oliveiras, o “João de Botas”, que com 06 embarcações artilhadas impediu a navegação de embarcações lusitanas (BAHIA, 2011, p. 75). Assim, o emprego de artilharia de costa em apoio às ações navais evidencia, mais uma vez, a conjugação de forças terrestres e navais nessa importante passagem da história militar brasileira.

Nesse contexto, a “ação conjunta” no combate em Itaparica iniciou em 7 de janeiro de 1823, na região da Baía de Todos os Santos e praias da Ilha de Itaparica, envolvendo diretamente o Exército Brasileiro contra a Marinha e o Exército de Portugal. Naquele dia, as forças portuguesas iniciaram os ataques em Itaparica, empregando uma força naval constituída de 02 brigues, canhoneiras e 41 lanchas e lanchões. Sua intenção inicial era aliviar o cerco e reforçar a frente interna em Salvador. Ressalta-se que a população local, na sua maior parte, era hostil aos portugueses, contribuindo assim para o sucesso do cerco brasileiro. (FARIA, 2015, p. 118).

Inicialmente, as tropas portuguesas utilizaram duas embarcações para realizar um reconhecimento do Forte São Lourenço que era defendido pelo Major Luís Correia. Por volta das 09h30min, os portugueses realizaram a primeira tentativa de desembarque com o grosso da flotilha, empregando para isso uma divisão que realizou ataques nas posições das trincheiras das Amoreiras, de Isidoro, de São

Pedro, de Mocambo e no Forte de São Lourenço, além de atacarem 2 canhoneiras da flotilha brasileira. (FARIA, 2015, p. 118).

As tropas brasileiras, lideradas pelo Major Antônio de Souza Lima, realizaram a defesa da ilha de Itaparica, realizando ainda um ataque de oportunidade contra as tropas portuguesas que resultou na tomada de uma embarcação. Por volta das 18 horas, os combates do dia 07 de janeiro já haviam cessados, culminando com a retirada do grosso das tropas portuguesas dessa região até o dia 09 de janeiro, pois ainda ocorreram combates nas regiões da Conceição e de Itapuá, entre os meses de fevereiro e maio de 1823. Apesar dessas ações, não houve nenhum tipo de mudança de situação para ambas as partes. (FARIA, 2015, p. 118).

Destaca-se que as tropas portuguesas ainda receberam nesse período um reforço de cerca de 2.500 homens, porém esse efetivo contribuiu para o agravamento da situação logística tendo em vista a escassez de alimentos destinados às tropas portuguesas sitiadas.

Nesse contexto, conclui-se, parcialmente, que a manutenção da posse de Itaparica foi um ponto de inflexão na guerra de independência do Brasil na Bahia, tendo em vista que sua localização estratégica favoreceu o cerco às tropas portuguesas no continente, bem como enfraqueceu o seu poder de combate, contribuindo para a vitória brasileira nos demais embates ocorridos naquele Estado.

c. O CERCO A SALVADOR

O cerco terrestre de Salvador teve início em 2 de novembro de 1822, a partir da movimentação das tropas brasileiras comandadas por Pierre de Labatut que se juntou às forças baianas simpáticas à causa independentista. As forças contrárias à independência brasileira eram lideradas pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Mello, que detinha o controle da cidade de Salvador e seu acesso marítimo, garantindo uma linha de suprimento que sustentava a posição na cidade.

Labatut partiu do Rio de Janeiro para a Bahia no dia 17 de julho de 1822 com uma pequena frota. Levava mosquetes, canhões, pólvora e 274 oficiais. Após o fracasso da primeira tentativa de chegada em Salvador, desembarcou no Porto de Jaraguá, em Alagoas, e seguiu para as localidades de Maceió e Recife, onde recrutou mais homens antes de retornar à Bahia e estabelecer o quartel general na

localidade de Engenheiro Novo, de onde comandou as ações na Batalha do Pirajá e na Ilha de Itaparica. (GOMES, 2010, p 201-202).

Segundo Faria (2015, p. 116), a chegada de Labatut trouxe organização e enquadramento militar aos patriotas baianos. Um quartel-general foi estabelecido em Engenho Novo; o dispositivo das tropas foi reajustado; as posições de Coqueiro, Cabrito e Pirajá foram reforçadas; as tropas foram reorganizadas e distribuídas por brigadas; um arsenal de guerra foi criado em Feira do Capuema; e medidas logísticas como o reabastecimento de munição e gêneros alimentícios foram tomadas. A nova organização teve influência positiva no moral das tropas e fortaleceu as posições defensivas conquistadas no recôncavo baiano, contribuindo para a geração de poder de combate das tropas brasileiras.

A resistência propriamente dita às movimentações portuguesas começou em Pirajá. Na ocasião, elementos do 1º Regimento de Linha, comandado pelo Alferes Francisco de Faria Daltro, e um Batalhão de Caçadores, comandado pelo Tenente-Ajudante Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, instalaram-se nas proximidades dessa localidade.

Na série de escaramuças que sucederam a chegada das tropas brasileiras na Bahia, destaca-se o combate de Pirajá, ocorrido em 8 de novembro, onde, por ação do corneteiro Luiz Lopes ao tocar um “avançar para uma cavalaria imaginária” (FROTA, 2000, p.260), ocorreu significativa vitória das forças de Labatut após cerca de cinco horas de combate, circunscrevendo as tropas lusitanas à cidade de Salvador. Estabelecido o cerco, o front passou a uma fase de relativa estabilidade, onde os brasileiros tiveram sucesso em manter as posições, restringindo o movimento das tropas de Portugal.

Nesse contexto, muitas foram as atitudes de heroísmo e estoicismo a fim de sobrepujar o inimigo lusitano, de onde desponta a figura de Maria Quitéria de Jesus. Entusiasmada pela causa independentista, vestida como soldado, deixou sua casa e assentou praça, inicialmente em um regimento, sendo depois transferida para o Batalhão de Periquitos. Destaca-se o episódio, no final de 1822, quando à frente de um grupo de mulheres, impediu um desembarque adversário na foz do rio Paraguaçu, dentre outros episódios arriscados, reconhecidos mais tarde pelo Imperador D. Pedro I com uma condecoração e o soldo de alferes de linha. (ALMEIDA SILVA, 2015, p.115)

No alvorecer do ano de 1823, ocorreu embate de forças na localidade de Conceição, em 15 de fevereiro e, em 22 do mesmo mês, Labatut recebeu o reforço do “Batalhão do Imperador, comandado pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva, em cujas fileiras encontrava-se o Alferes Luís Alves de Lima e Silva.” (FROTA, 2000, p.261). Com a derrota das forças lusitanas em Itapoá, a 3 de maio, Madeira de Melo abandonava maiores pretensões para a abertura de uma brecha no cerco empreendido pelas forças brasileiras.

Em abril de 1823, o fiel da balança começa a pender para o lado brasileiro. Nesse mês, o Almirante Cochrane, inglês contratado pelo Imperador para comandar as forças navais brasileiras, iniciou seu deslocamento para águas baianas, onde, em 4 de maio, logrou dar início às ações do componente naval naquele cenário, caracterizando a atuação conjunta das forças brasileiras por mar e terra, privando as forças lusitanas de receber suprimentos por via marítima.

A força naval brasileira, comandada pelo Lord Thomas Cochrane, era composta por sete navios: nau Pedro I, fragatas *Nictheroy* e *Piranga*, corvetas *Maria da Glória* e *Liberal* e brigues *Guarani* e *Real Pedro*. Por outro lado, a esquadra portuguesa era composta por treze navios (uma nau, cinco fragatas, cinco corvetas e dois brigues). Segundo Almeida Silva (2015, p. 119) o primeiro combate deu-se sem que houvesse engajamento geral ou resultado decisivo. Entretanto, Cochrane estabeleceu uma base na enseada do Morro de São Paulo e valendo-se da camuflagem de uma noite escura, entrou no porto para efetuar um reconhecimento. A fim de obter vantagem da situação, destacou 2 embarcações para interceptar os suprimentos destinados à cidade, iniciando, assim, o cerco em torno da capital.

Na evolução dos acontecimentos, sob a liderança de Cochrane, o componente naval brasileiro tornou difícil a entrada de reforços mandados de Lisboa. (ALMEIDA SILVA, 2015, p.119). Tal fato, aliado às ações terrestres, contribuiu para que os portugueses avaliassem a opção de retirada.

O sentimento de nacionalismo instalado nas tropas de pacificação afetou o comando de Pierre Labatut. Desde o início de seu comando, Labatut já não contava com prestígio por ser um oficial estrangeiro comandando tropas de libertação nacional. Em maio de 1823, após uma crise interna envolvendo a prisão do Coronel Felisberto Gomes Caldeira, um de seus comandantes de Brigada, o general francês foi destituído do cargo, sendo nomeado como comandante do Exército

Pacificador o Coronel Joaquim José de Lima e Silva (LIMA, 2020, p. 21), o que contribuiu para a unidade das tropas nacionais.

Com suas vias de suprimento cortadas pelas tropas brasileiras, as forças lusitanas chegaram a uma situação de insustentabilidade, levando Madeira de Melo a decidir pela retirada. Em 2 de julho, sob escolta do Almirante Cochrane, 48 navios conduziram os revoltosos liderados por Madeira de Melo com destino a Portugal. O acompanhamento das forças navais brasileiras teve por objetivo impedir que os revoltosos aportassem em outra localidade brasileira na qual a independência ainda não estivesse consolidada.

Conclui-se, parcialmente, que o sucesso do cerco a Salvador foi fruto da sinergia de tropas de diferentes partes do país. A união de esforços ficou caracterizada pelo levante iniciado nos vilarejos do recôncavo baiano, a chegada de tropas expedicionárias vindas do Rio de Janeiro e regimentos de outras partes da Bahia, além de reforços provenientes de Alagoas, Pernambuco e até Minas Gerais. Sob o comando centralizado do Coronel Joaquim José de Lima e Silva, as tropas pacificadoras ganharam o escopo de Exército Brasileiro, fortalecendo o sentimento de patriotismo e identidade nacional, bem como a consequente integração do nordeste ao Brasil independente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2 de julho de 1823, chegava ao fim a Guerra de Independência do Brasil na Bahia, ou simplesmente, Guerra de Independência da Bahia. Iniciada oficialmente em 19 de fevereiro de 1822, o referido conflito envolveu efetivos significativos de ambos os contendores, vindo a marcar a trajetória de consolidação do processo de emancipação política de um país que nascia com dimensões continentais ao custo das vidas de patriotas que lutaram em prol de uma nação totalmente livre e unificada.

Em relação a ideia apresentada acima, Duarte (2020, p.20) afirma que:

"As tropas brasileiras chegaram a 13.500 homens e os portugueses atingiram um efetivo de 10.500 soldados. Sobre mortos, feridos e desaparecidos, os números são incertos. Cada fonte histórica possui um dado diferente. Se considerarmos os civis que foram envolvidos

e apontarmos os sofrimentos e as perdas gerais, incluindo as destruições e o desmonte de fazendas, engenhos e lavouras, o capital humano, social e financeiro empenhado e perdido, o gasto com a guerra teve um valor muito elevado."

Em síntese, a Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi fundamental para a manutenção da integridade territorial do país. A vitória brasileira e a consequente expulsão dos portugueses daquela região puseram fim à possibilidade de futuras ações estratégicas por parte da corte portuguesa em seu projeto recolonizador. A manutenção do território da Bahia, sob controle das tropas fiéis a Dom Pedro I, evitou a fragmentação do território brasileiro, contribuindo para a consolidação de seu processo de independência, declarada oficialmente em 07 de setembro de 1822.

Dentro desse cenário, a campanha militar desenvolvida no recôncavo baiano revestiu-se de grande importância, uma vez que possibilitou a concentração e organização das forças fiéis ao Imperador Pedro I. Além disso, a presença das tropas brasileiras naquela região permitiu o controle das rotas de suprimento que abasteciam Salvador. Tal realidade acarretou o desabastecimento da capital baiana, impondo severas dificuldades a Madeira de Melo, que levariam a sua derrocada meses mais tarde.

As ações realizadas na Ilha de Itaparica também ocupam posição de destaque na Guerra de Independência da Bahia. A união de esforços terrestres e navais na defesa do ilhéu, de grande valor estratégico, revelou a importância das operações conjuntas nas batalhas, viabilizando o controle do acesso à Baía de Todos os Santos por parte dos brasileiros, panorama que veio por dificultar ainda mais as ações de Portugal no intento de retomar o controle da região.

Outro episódio que merece distinção no enfrentamento entre brasileiros e portugueses foi o estabelecimento do cerco terrestre e naval à cidade de Salvador. Tropas terrestres comandadas pelo Coronel Joaquim José de Lima e Silva somaram esforços juntos à esquadra do Almirante Cochrane e não deixaram outra saída a Madeira de Melo, a não ser a retirada definitiva para Portugal, realizada em 02 de julho de 1823. Tal data registrou na história o fim dos embates na Bahia e cancelou, de uma vez por todas, a independência daquela terra perante Portugal, bem como a integridade territorial de terras outrora portuguesas, agora brasileiras.

Por fim, pode-se afirmar que a Guerra de Independência na Bahia, embora desconhecida para muitos nacionais, registrou nos anais do Império Brasílico seu papel fundamental para a conclusão do processo de independência política e consolidação do território brasileiro, deixando para todos nós um legado imensurável de patriotismo e amor à liberdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Gláucio Érico. **Ação Militar da Independência até a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança**. Cap. 4. In: FARIA, Durland Puppín (Org.). *Introdução à História Militar Brasileira*. AMAN. Resende, 2015.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. PASSADO PRESENTE NOS VELHOS MAPAS: CONHECIMENTO E PODER, 1., 2011, Paraty, Rio de Janeiro. **Anais do simpósio brasileiro de cartografia histórica**. 2011.

BAHIA. Secretaria da Cultura. Fundação Pedro Calmon. 2 de Julho: **A Bahia na independência nacional**. Salvador, 2011.

BENTO, Claudio Moreira (Org) et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Brasil – Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas (Em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração; e da Liberdade e Democracia Mundiais)**. Resende-RJ, 2014.

DE FARIA, Durland Puppín (Org). **Introdução à História Militar Brasileira**. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende-RJ, 2015.

DUARTE, Bruno Bilhalva. **Bicentenário da Independência do Brasil: a importância do Exército Brasileiro na Guerra de Independência do Brasil na Bahia**. Trabalho Acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, Laurentino. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LIMA, Renan Couto. **Bicentenário da Independência do Brasil: O emprego do Exército Pacificador no processo de independência do Brasil na Bahia**. Trabalho Acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais – UFBA, 1959.

SILVA, Luís Cláudio Requião da. **Paisagem cultural do recôncavo baiano: uma narrativa espacial regional a partir da análise do patrimônio urbano**. 2015. TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL - DOCTRINA, ARMAMENTO E LOGÍSTICA

TC Eng JOSÉ **ALEX** DE SOUSA LEAL, TC Inf RAFAEL **DOMINGUES** DE OLIVEIRA, TC Cav ALEXANDRE MARTINS **BORGES CAMPOS**, TC Cav RODRIGO CARLOS DE **MEDEIROS**, Maj Art **RICARDO COSTA** DE ALMEIDA REGO, Maj Inf DIOGO **DUTTON** TAVARES, Maj Com EDUARDO BORDIGNON **LUCCHINI**, Maj Inf **ALEXANDRE** DA SILVA FERREIRA, Maj Inf **SAUL** ISAIAS DA ROSA, Maj Art RENAN DO NASCIMENTO **BERNARDES**, Maj Cav VINÍCIUS **LEMONS** DA SILVA e Maj Inf RAFAEL SOUZA **TOMAZINI**.¹

1. INTRODUÇÃO

A Guerra de Independência do Brasil pode ser caracterizada por uma série de eventos conflituosos, ocorridos entre o Brasil e Portugal, inseridos no contexto do processo de separação da colônia de sua metrópole. Os conflitos podem ser considerados como uma guerra civil luso-brasileira, visto que nacionais dos dois países combateram em ambos os lados.

O transcurso emancipatório brasileiro teve seu auge no período compreendido entre 1821 e 1825, desde a Convenção de Beberibe e a assinatura do Tratado de Amizade e Aliança entre o Brasil e Portugal, quando este finalmente reconheceu a independência brasileira.

Esse processo teve como antecedentes históricos a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808; a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portu-

1 Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

gal, Brasil e Algarves, em 1815; e a Revolução Liberal do Porto, um movimento constitucionalista liberal em solo português, em 1820. Este último evento exigiu o retorno de D. João VI à Portugal, em 1821, que deixou o seu herdeiro Dom Pedro de Alcântara como regente do Brasil (CALÓGERAS, 1938).

No Brasil, as lideranças militares portuguesas eram solidárias ao movimento constitucionalista de Portugal e se opunham à regência de D. Pedro. Nesse sentido, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (Assembleia Constituinte Portuguesa), entidade responsável pelo retorno de D. João VI à Europa, aprovaram um decreto de subordinação das províncias do Brasil ao governo de Portugal, reduzindo a autoridade do Príncipe Regente (CALÓGERAS, 1938).

Esta e outras resoluções das Cortes geraram insatisfação de considerável parcela dos residentes do Brasil, tanto de origem portuguesa quanto de origem brasileira, ao ponto de se tornarem públicas e gerarem reivindicações pela soberania do Brasil.

Em Pernambuco, no dia 29 de agosto de 1821, teve início a primeira tentativa de independência de uma província brasileira do Reino de Portugal, uma retomada da Revolução Pernambucana de 1817. O movimento armado contra o governo da província de Pernambuco obteve a rendição das tropas portuguesas, com a assinatura da Convenção de Beberibe. Este movimento marcou o início da Guerra de Independência do Brasil, sendo considerado o primeiro episódio conflituoso do processo de Independência do país que obteve a expulsão de portugueses do território brasileiro (RODRIGUES, 2002).

O desgaste das relações entre as Cortes Portuguesas e D. Pedro transferiu a lealdade deste à causa brasileira. Ao ser pressionado para retornar à Portugal, D. Pedro declarou a sua permanência no Brasil, em 9 de janeiro de 1822, sendo registrado como o Dia do Fico. Com este episódio, cerca de dois mil soldados do exército português, comandados por Jorge Avilez, amotinaram-se no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. A Guarda Real de Polícia, com um efetivo de dez mil brasileiros cercou os amotinados e os expulsou para Niterói, de onde seriam deportados para Portugal (FROTA, 2000).

Em agosto de 1822, D. Pedro seguiu para São Paulo para buscar a lealdade daquela província à causa brasileira. Durante a expedição, foi informado que as

Cortes Portuguesas haviam anulado todos os seus atos e removido o seu poder perante o território brasileiro. Este foi o fato culminante que o levou a proclamar a Independência do Brasil, a 7 de setembro.

Dessa forma, o recém-constituído governo brasileiro, ainda não reconhecido pelo governo português, precisou adotar providências para a eliminação das resistências portuguesas em solo brasileiro. Para tal, promoveu a aquisição e produção de armas e navios, realizou o recrutamento de tropas nacionais e contratou estrangeiros para ingressarem nas Forças Armadas (GOMES, 2010).

Com isso, após a expulsão de tropas portuguesas de Pernambuco e do Rio de Janeiro, e da Proclamação da Independência, outras contendas ocorreram para consolidar esse processo histórico. Destarte, em regiões estratégicas, onde se concentravam tropas portuguesas, foram registrados episódios conflituosos entre brasileiros e portugueses, como na Província Cisplatina, na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Grão-Pará (CALÓGERAS, 1938).

A seguir, será apresentada a Guerra de Independência do Brasil, com enfoque na doutrina, armamento e logística empregados, destacando a influência do equipamento militar e da logística nas operações.

2. DESENVOLVIMENTO

O Brasil, ao proclamar a sua independência, precisou enfrentar uma série de conflitos armados para poder confirmar a sua emancipação, afirmar a sua soberania e manter a sua base territorial.

Visando evitar a fragmentação territorial diante de um cenário independentista, o governo do Brasil buscou uma organização militar efetiva e forte para atender as necessidades internas e externas do Império. Com esse propósito, José Bonifácio, como Ministro de Estado, foi incumbido de organizar a Marinha e o Exército Brasileiro para consolidar a integridade territorial, das províncias do Prata ao Amazonas, sob o controle do Rio de Janeiro (ANJOS, 2007).

A análise inicial das Forças Armadas Imperiais Brasileiras aponta para a falta de preparo adequado para enfrentar os conflitos nas províncias de todo o território do país. Assim, observou-se que os oficiais que lideravam a Marinha e o

Exército eram estrangeiros (mercenários), as tropas apresentavam fardamento em más condições, a alimentação era inadequada e os soldos eram baixos, o que somado gerava um ambiente propício à indisciplina. Ainda, havia uma desvantagem de efetivo e técnica militar entre portugueses e brasileiros (TAVARES, 2005).

As tropas brasileiras eram treinadas para a defesa contra piratas e para a repressão às revoltas de escravos. Diferente das tropas portuguesas, não havia um preparo para o combate contra exércitos regulares por parte dos brasileiros. Sendo assim, foi necessária uma adequação da mobilização, um investimento em equipamentos militares e aperfeiçoamento da logística militar do Império do Brasil.

a. A DOCTRINA EMPREGADA

De acordo com o Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01), doutrina é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentadas principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica (BRASIL, 2015, p.94).

Na análise das guerras de Independência do Brasil foi observado, de um lado, o Exército Português adestrado, preparado e bem equipado e, de outro, tropas brasileiras formadas por centenas de oficiais, soldados, milicianos e civis simpáticos à causa da independência, em condições diferentes dos lusitanos.

1) A doutrina empregada pelos portugueses no Brasil

A estrutura militar portuguesa começou a ser implantada no Brasil desde o início da colonização, na busca de defender o território das ações de franceses, ingleses e holandeses. Primeiro, prevaleceu a estrutura instituída por D. Sebastião, rei de Portugal, em 1570, composta por tropas de linha ou guarnição e as ordenanças (FROTA, 2000).

O rei D. João IV trouxe novas evoluções à doutrina militar lusa. Ele implantou os terços, conservando tropas de linha, em sua maioria em Salvador e no Rio de Janeiro, e passando a chamar as ordenanças de segunda linha, o que seria uma forma de reserva. Enquanto a primeira recebia instruções regulares, a segunda o tinha somente aos domingos e dias santos. Havia, ainda, as revistas gerais, as quais ocorriam anualmente e serviam para inspecionar os efetivos (FROTA,

2000).

Outras mudanças foram trazidas por D. João V. A organização militar passou a contar com três linhas: a primeira era tropa regular, oriunda de Portugal, com infantaria, cavalaria e artilharia; a segunda era a milícia, proveniente do Brasil, contando com infantaria e artilharia; e a terceira eram as companhias de ordenanças. Os oficiais que as comandavam permaneciam sendo portugueses e não havia critério de promoção. Era prática comum atrasar os soldos dos militares, acarretando muitas deserções de praças. Os soldados, por sua vez, tinham uma vida muito sacrificante, beirando a escravidão (FROTA, 2000).

O ensino militar, que grande impacto gera na doutrina, obteve grandes avanços com a reforma militar produzida pelo Conde de Lippe. Houve a criação da Casa do Trem, que funcionava como Arsenal de Guerra, e, posteriormente, da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792 (FROTA, 2000). Com a vinda de D. João VI e da família real ao Brasil, novo impulso doutrinário foi dado com a transferência da Academia Real de Guarda-Marinha, de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, e com a fundação da Academia Real Militar, em 1811.

2) A “Guerra Brasílica”

A doutrina de emprego das tropas brasileiras evoluiu durante o período colonial, destacando-se a guerra contra os holandeses em Pernambuco, entre 1645 e 1648. Durante esse período, as tropas nacionais expulsaram o invasor empregando táticas de guerrilha, a qual ficou conhecida como “Guerra Brasílica”.

Sendo assim, o governo português à época, designou o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, para instruir os voluntários e formar uma tropa que empregasse a emboscada como tática para combater os holandeses, que possuíam maior efetivo (GIORGIS et al., 2019).

Nesse sentido, no dia 3 de agosto de 1645, ocorreu a Batalha dos Montes das Tabocas, entre os brasileiros comandados por Dias Cardoso contra cerca de 700 holandeses comandados pelo Coronel Hendrick van Haus. Com a aproximação da tropa de holandeses do Monte das Tabocas, Dias Cardoso enviou uma força de cobertura para realizar contato com o inimigo e atraí-lo para o dispositivo de

emboscada. Os batavos sofreram pesadas baixas e, com a possibilidade de serem cercados, retiraram-se para a Casa do Forte. Com o feito, a Batalha do Monte das Tabocas se constituiu como uma marcante vitória brasileira e como batismo de fogo do exército de patriotas (GIORGIS et al., 2019).

Na sequência, no dia 17 de agosto de 1645, as tropas patriotas chegaram à Casa do Forte e realizaram um cerco aos remanescentes das forças holandesas, que resultou na rendição dos comandados do Coronel Van Haus, que retornaram para a Europa (GIORGIS et al., 2019).

Dessa forma, verifica-se que a Guerra Brasílica foi caracterizada pelo amplo emprego da emboscada e do cerco, táticas essas que seriam utilizadas futuramente durante a Guerra de Independência do Brasil.

3) A doutrina empregada pelas tropas brasileiras nos conflitos de independência

Nos conflitos do processo de Independência do Brasil, a doutrina das tropas brasileiras utilizou frequentemente a manobra de cerco, ficando evidenciado em vários combates, particularmente durante a Guerra da Bahia.

O cerco é uma variante do desbordamento e do envolvimento, que consiste no completo isolamento que uma força impõe ao adversário, impedindo seu retraimento e fuga em qualquer direção e cortando-lhe o recebimento de reforços e suprimentos, buscando sua capitulação, rendição pelo sítio ou destruição pela redução em força (BRASIL, 2015, p.62).

A Guerra da Bahia teve início em 19 de fevereiro de 1822. Tal conflito foi motivado pela decisão da Coroa Portuguesa de substituir o governador das armas da província, Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro e aliado de Dom Pedro, pelo General português Ignácio Luís Madeira de Melo, demonstrando clara intenção de Portugal em recolonizar o Brasil (GOMES, 2010, p. 198).

Dessa forma, os revoltosos aquartelaram-se no forte São Pedro, construção de 1723, na cidade de Salvador. Em 20 de fevereiro de 1822, o General Madeira de Melo, contrário à causa independentista, ordenou o bombardeio do forte pela artilharia do Exército Português, causando a retirada dos revoltosos pelo mar (RODRIGUES, 2002, p. 233)

Com a escalada da crise em Salvador, muitas pessoas e famílias inteiras começaram a deixar a cidade. Vários soldados brasileiros desertaram e se refugiaram no Recôncavo Baiano, principalmente na região de Pirajá, onde juntaram-se a agricultores e escravos, a fim de organizarem a resistência contra o governo de D. João VI (TAVARES, 2005, p. 101).

Com o objetivo de prestar auxílio à resistência baiana, Dom Pedro organizou uma Expedição Auxiliadora. Essa força, que mais tarde denominou-se Exército Pacificador, foi comandada por um oficial estrangeiro e mercenário, o General Pierre Labatut, que teve o encargo de preparar e organizar os revoltosos do Recôncavo para a luta contra as tropas da Coroa Portuguesa (RODRIGUES, 2002, p. 235).

O General Labatut, mesmo após a organização das tropas brasileiras, decidiu evitar o confronto direto com as tropas portuguesas, decidindo realizar um cerco à Salvador, a partir de Itapuã, passando por Pirajá, impedindo que as tropas do General Madeira de Melo recebessem armas, munição e, principalmente, alimentos das terras férteis do Recôncavo e do norte da província (GOMES, 2010, p. 203).

Neste sentido, fica evidente que as táticas utilizadas pelas tropas brasileiras nas guerras de independência foram similares às utilizadas na Guerra Brasileira.

Desta forma, registra-se que, no aspecto doutrinário haviam notáveis diferenças entre as táticas utilizadas pelos portugueses e as tropas imperiais brasileiras.

b. O APARATO BÉLICO DOS CONTENDORES

1) O Exército Imperial Brasileiro

Esta Força Singular se formou baseada na organização e material castrense português. Diversos materiais bélicos empregados pelos nacionais durante as Guerras de Independência do Brasil eram as mesmas que dotavam as tropas portuguesas em solo brasileiro (BRASIL, 2022b).

A infantaria do Exército Imperial Brasileiro utilizava armas de fogo de cano longo, de alma lisa e carregamento frontal, como a espingarda de pederneira e o rifle Baker. Também empregava arma longa com alma raiada, a carabina Tower

e Brown Bess. Este armamento era mais longo que o rifle, com calibre de 19mm, era três vezes mais caro e tinha um alcance de 300 m (SALA DE ARMAS, 2022). As armas brancas eram comumente utilizadas, destacando-se os chifarotes ou terçados para os soldados, os alabartes ou piques para os sargentos e as espadas retas para os oficiais (BARROSO, 2000).

Já a cavalaria utilizava a clavina, espingarda semelhante à da infantaria, como arma de fogo do homem montado. Este armamento era de alma lisa, com uma coronha mais curta, com reforço de latão e presilha para a vareta. Usada inicialmente a de origem inglesa (Paget), de 19 mm, e depois a de fabricação francesa. Outra arma eram as pistolas de origens inglesas e belgas, com calibre de 17 a 19 mm e alimentação de antecarga no sistema pederneira. As lanças de meia lua e os sabres curtos eram as armas brancas adotadas (ARMAS BRASIL, 2022)

A artilharia contava com canhões de bronze, de alma lisa, em calibres que variavam de 85 a 140 mm, de carregamento pela boca. Os militares portavam espingardas e pistolas, como os infantes e cavalarianos.

2) A Armada Imperial Brasileira

De forma semelhante à Força Terrestre, a frota brasileira formou-se a partir de barcos de guerra da Armada Portuguesa (BRASIL, 2022c). A armada contava com embarcações a vela de cinco classes: os navios de linha, as fragatas, as corvetas, os brigues e as escunas.

As naus eram embarcações de alto bordo, com três mastros e grande número de bocas de fogo e duas baterias cobertas (74 peças), que lhe conferiam grande vantagem tática a seu homônimo português, que só tinha 54 peças. (BRASIL. 2022d). As fragatas eram menores, mais rápidas e com armamento mais ligeiro que as nau. Eram usadas em missões de escolta e de reconhecimento. Dispunham de uma única bateria. Destacaram-se as fragatas Constituição, Ypiranga e Nichte-roy, com a média de 50 peças cada uma (BRASIL. 2022c)

As corvetas possuíam dimensões inferiores às fragatas, utilizadas principalmente em patrulhamentos rápidos e reconhecimentos. Possuíam, em média, 26 peças de canhões. A Corveta Calipso foi uma das belonaves empregadas pelas forças brasileiras (BRASIL. 2022c).

Por fim, os brigues eram embarcações com dois mastros, bastante rápidos e de adequado emprego em rios e estuários de águas mais rasas. Os brigues Audaz e Real Pedro possuíam 18 peças de artilharia (BRASIL. 2022c). Já as escunas, como a Príncipe Pedro, possuía 26 peças de canhões (BRASIL. 2022c)

3) O Exército Português

As tropas portuguesas contavam com maior quantidade de armamento do que os brasileiros. Na verdade, parte do pouco armamento utilizado pelos brasileiros foi desviado do arsenal português.

Na infantaria lusitana era utilizada a espingarda, o rifle e os acessórios, que eram a vareta, o martelinho, o sacatrapo e a baioneta. Na cavalaria dispunha-se de clavina com martelinho e sacatrapo, pistola e espada. A lança, que foi muito utilizada pelos cavaleiros, só apareceu mais tarde. Além disso, na artilharia utilizava-se, além dos canhões, armamento portátil semelhante ao da infantaria ou cavalaria, dependendo do tipo de operação (BRASIL, 2022b).

4) Armada Portuguesa

A Força Naval Lusitana era constituída de brigues, canhoneiras, lanchas e lanchões. Neste conflito, no tocante às embarcações, os lusitanos obtinham vantagens sobre os brasileiros quanto à quantidade e as técnicas de emprego das belonaves.

De acordo com o Vale (1996), no início de 1822, D. Pedro podia contar com, no máximo, 8 (oito) navios de guerra confiáveis, com um total de 200 (duzentos) canhões, enquanto os portugueses tinham 14 (quatorze) embarcações equipadas com pelo menos o dobro de armamento próximo do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo sentido, Silva (2017), afirma que a Armada Portuguesa contava com aproximadamente 21 embarcações ancoradas na Bahia, após a partida de D. João VI. Ademais, destaca-se que em 31 de outubro de 1822, o Gen Madeira de Melo, que combatia pelos portugueses na Bahia, recebia reforços vindos de Portugal. Eram 10 navios da marinha portuguesa, dentre eles a poderosa nau Dom João VI, trazendo mais 1.400 soldados profissionais, mais armas e mais munições. O Exército Português recebeu reforços, também, de portugueses migrados de Per-

nambuco e Sergipe (TAVARES, 2005).

Sendo assim, infere-se que, em relação aos armamentos e equipamentos, tanto as tropas do Exército quanto a da Armada de ambos os países contavam com materiais semelhantes, diferindo somente no quantitativo.

c. A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL QUANTO À LOGÍSTICA

A geração do poder de combate, dentro do processo operativo para emprego de uma força militar, depende da organização e distribuição de meios, realizando o seu posicionamento visando possibilitar a execução de ações táticas (BRASIL, 2020).

No processo e independência do Brasil as tropas brasileiras tiveram que ser mobilizadas, treinadas e equipadas para contrapor aos militares portugueses já estruturados em solo sul-americano. D. Pedro I verificou a necessidade de organizar e enquadrar militarmente os patriotas, em especial na Bahia. Dessa forma, o príncipe autorizou a seu Ministro da Fazenda contrair empréstimos com particulares para financiar a campanha (BRASIL, 1972, p. 423).

Segundo a Logística Militar Terrestre, existem 07 (sete) funções logísticas: suprimento, manutenção, transporte, engenharia, salvamento, recursos humanos e saúde (BRASIL, 2018).

Sobre a função logística suprimento, em especial os da classe I – subsistência, as tropas portuguesas na Bahia utilizavam dos víveres e gados provenientes do interior do estado para seu abastecimento na capital Salvador. Uma das estratégias utilizadas pelas tropas brasileiras foi o de isolar os portugueses do restante da província, cortando o seu fluxo de suprimento por terra, ficando limitados ao que era recebido por mar, dependendo do apoio da esquadra portuguesa (ALMEIDA, 1923, p.24).

No que diz respeito à função logística manutenção, as tropas brasileiras fizeram uso da Casa do Trem/Arsenal de Guerra, estabelecimento criado em 1762 como órgão de suprimento para atender as demandas das tropas coloniais (FROTA, 2000).

Já, em relação à função logística transporte, as tropas portuguesas eram dependentes do transporte marítimo através de sua esquadra, como evidenciado no cerco terrestre à Salvador. Nesse episódio, com a chegada da Esquadra Brasileira comandada por Cochrane à Baía de Todos os Santos, em abril de 1823, o cerco a Salvador foi concluído, culminando com a fuga dos portugueses e a conquista de Salvador em 2 de julho de 1823. Da mesma forma, o transporte de gêneros e pessoal era de suma importância entre as províncias. Consequentemente, as ações brasileiras dependiam dos navios que se utilizavam do mar e dos rios (NETO, 2015).

Na função logística engenharia, muitas das posições brasileiras contaram com os trabalhos de fortificação. Nos eventos ocorridos na Bahia, foi encarregado o capitão Manoel José da Silva Melo, que reforçou toda a linha de cerco Pirajá-Itapoá, isolando as tropas portuguesas em Salvador, fator que cortou o suprimento vindo do Recôncavo Baiano (NETO, 2015).

A função logística salvamento ficou evidenciada nos combates contra as embarcações portuguesas nas águas da baía de Todos os Santos. Como resultado final dos combates, dez barcas portuguesas foram apreendidas, dois navios foram afundados e a fragata Constituição foi apossada pelos brasileiros. Segundo Neto (2015), 62 embarcações portuguesas foram capturadas pela armada brasileira durante os conflitos de Independência do Brasil.

Quanto aos recursos humanos, um dos primeiros aspectos a ser considerado foi a incorporação de pessoal às tropas nacionais. Na tentativa de profissionalizar as recém-criadas Forças Armadas do Brasil Império foram contratados oficiais ingleses, franceses, norte-americanos e alemães. Como exemplo, no Exército se destacou o general francês Pierre Labatut, participante das campanhas de Napoleão Bonaparte na Europa, que comandou a expedição que combateu os portugueses na Bahia. Da mesma forma, para organizar e comandar a Marinha de Guerra, foi contratado o Lord escocês Thomas Alexander Cochrane. O grosso das tropas brasileiras eram compostas de soldados de 2ª e 3ª classe e populares que almejavam o fim do colonialismo (RODRIGUES, 2002).

Acerca da função logística saúde, destacou-se a figura de Frei Custódio, que com espírito empreendedor e obstinação, a partir de 1820, iniciou a construção de hospitais militares nas diversas regiões do Brasil, objetivando o aprimora-

mento do apoio à tropa em âmbito nacional (BRASIL. 2022a).

Ao analisarmos uma das principais campanhas das Guerras de Independência do Brasil, ocorrida na Bahia, destaca-se a ocorrência do deslocamento estratégico das tropas do Gen Labatut, com o Exército Pacificador, realizado por navegação, com emprego de fragatas.

O General Labatut desembarcou em Maceió trazendo consigo duzentas praças do Batalhão de Milícias do Rio de Janeiro, quarenta do Batalhão de Caçadores e trinta e quatro oficiais que deveriam ajudar na organização do Exército Imperial Brasileiro na Bahia. Levou consigo também seis canhões, cinco mil espingardas, quinhentas carabinas, quinhentas pistolas, duas mil lanças e quinhentos sabres (TAVARES, 1982).

Depois de desembarcar em Maceió, o Exército Imperial Brasileiro foi incorporando as milícias locais. Muitos simpatizantes e voluntários reforçaram a coluna de marcha. Chegaram à Bahia mais de oitocentos homens oriundos de Pernambuco e cerca de quinhentos vindos da Paraíba e Alagoas, o que sustenta a tese de que essa guerra foi um esforço nacional (RODRIGUES, 2002).

Para esse esforço logístico e de material bélico, foi instalado um arsenal de guerra, em Salvador, para a fabricação de peças bélicas, armamento e munições, e outro depósito de artigos e reparos bélicos, em Feira de Santana.

Antes da chegada da armada brasileira comandada por Cochrane à Bahia, a Marinha era comandada por João Francisco de Oliveira, o João das Botas, português, que contava com seis navios, com peças de engenho e 710 tripulantes, escolhidos entre os marujos e naturais da ilha de Itaparica. Essa reunião de meios navais dificultou e, por vezes, impediu o trânsito de embarcações lusitanas que buscavam as vilas do Recôncavo (MORGADO, 2010).

Inicialmente, o governo brasileiro aparelhou as forças navais do país com as embarcações da esquadra portuguesas, deixadas pela família Real ao evadir-se de volta para Portugal, em 1821. Utilizando as infraestruturas navais e administrativas portuguesas já existentes, como o Arsenal de Marinha, a Academia dos Guardas-Marinha, a fábrica de pólvora, o Ministério da Marinha, dentre outros, os navios lusitanos foram submetidos a reparos para ficarem em condições de na-

vegação e combate (MELLO, 1974)

Assim, o Lord Cochrane, comandante em chefe da esquadra, mobilizou essa frota com vários oficiais ingleses de grande valor, que haviam combatido com ele nas guerras napoleônicas. Cerca de quinhentos marinheiros ingleses seguiram para o Brasil com Cochrane (SILVA, 1995).

Com o exposto, observa-se que a logística foi de fundamental importância para a execução das campanhas militares realizadas nas províncias que lutaram pela independência do Brasil, bem como, foi fator contribuinte para a permanência dos portugueses em solo brasileiro, prolongando os conflitos do processo de independência do Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Independência do Brasil foi marcada por um período de guerras, anteriores e posteriores à data oficial de sua proclamação, como uma comprovação que não há processo de separação de um território de outro sem a incidência de violência ou conflito armado.

Dessa forma, o grito do Ipiranga foi um evento precedido e sucedido por um encadeamento de provações para a construção do Brasil como uma nação livre.

Visando garantir a sua autonomia no cenário internacional, manter a integridade territorial e expulsar os antigos colonizadores portugueses foi necessário um grande esforço do governo imperial, que agiu em prol de uma mobilização nacional, na contratação de profissionais das armas, na aquisição e produção de armamentos, além do emprego de doutrina militar própria (a Guerra Brasílica) e na adequação da logística para superar os óbices apresentados durante o processo emancipatório.

Nesse sentido, destacaram-se como protagonistas das Guerras de Independência os oficiais europeus contratados para formar e conduzir as tropas de soldados brasileiros, em muitos casos compostas por populares das próprias províncias. O aumento do efetivo, a melhoria da instrução e da capacidade de liderança dos comandantes contribuiu para o sucesso das contendas que expulsaram os portugue-

ses do solo brasileiro.

Da mesma forma, o esforço logístico empreendido por D. Pedro, capaz de mobilizar tropas, equipá-las e deslocá-las para as províncias em conflito foram provas da relevância da causa brasileira e da importância da logística para as operações. Ao passo que o sucesso da logística brasileira auxiliou na consecução dos objetivos propostos, o sufocamento da logística das forças lusitanas foi a ação que levou as tropas portuguesas a alcançarem o seu ponto culminante e optassem pela rendição e retirada do Brasil.

Somado a isso, o bloqueio dos portos pela Marinha do Brasil, o emprego da manobra de cerco pela Força Terrestre e a adoção da Guerra Brasília destacam o impacto da doutrina militar sobre as operações. Mesmo com efetivos menores, menos equipamentos e armamentos, a eficácia da doutrina bélica das tropas brasileiras alterou o resultado dos conflitos.

Com o exposto, conclui-se que a independência do Brasil foi conquistada em um processo lento e repleto de eventos violentos onde brasileiros e portugueses combateram para defender os seus interesses.

A fragilidade inicial das províncias, dependente das forças de defesa portuguesas, foi sendo substituída por um Exército e uma Armada dignos para resguardar as riquezas do Brasil.

O Brasil se tornou mais forte ao fim das Guerras de Independência, iniciando a consolidação de sua imagem como um ator autônomo no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin. **A Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822)**. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 9 de novembro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/528>>. Acesso em: 31 Jan 22.

ANJOS, João Alfredo dos. José Bonifácio, **Primeiro Chanceler do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2007.

ARMAS BRASIL. Clavina, **Espingardas e Carabinas**. Disponível em: <<http://www.armasbrasil>.

com/SecXIX/Nova_nacao/clavina.htm>. Acesso em: 31 Jan 22.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **EB70-MC-10.211**: Processo de Planejamento e Condução da Operações Terrestre. Brasília, DF, 2020.

_____. _____. _____. **EB 70-MC-10.238**: Logística Militar Terrestre. Brasília, DF, 2018.

_____. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Diretoria de Saúde**. 2022a. Disponível em:< <http://www.dsau.eb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: 12 Fev 22.

_____. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Guerras de Independência**. 2022b. Disponível em:< http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_returnToFullPageURL=/&_101_assetEntryId=1539194&_101_type=content&_1_urlTitle=guerra-da-independencia&inheritRedirect=truee>. Acesso em: 01 Fev 22.

_____. **História do Exército Brasileiro**: Perfil Militar de um Povo. 1 ed. Brasília, DF, IBGE, 1972.

_____. MARINHA DO BRASIL. **Marinha do Brasil na independência**. 2022c. Disponível em:< <https://www.marinha.mil.br/dphdm/expansao-e-independencia#:~:text=A%20Marinha%20do%20Brasil%2C%20rec%C3%A9m,a%20integridade%20territorial%20do%20Brasil.>> Acesso em: 31 Jan 22.

_____. _____. **Nau Pedro I**. 2022d. Disponível em:< https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/PedroPrimeiroNau_0.pdf>. Acesso em 31 Jan 22.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, 2015.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. Editora Nacional, 1938.

CENTRO CULTURAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A Batalha do Jenipapo no processo da Independência no Brasil**. Série histórias não contadas. Caderno 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/batalha-do-jenipapo>>. Acesso em 10 Fev 22.

ESPARTEIRO, António Marques. **Catálogo dos Navios Brigantinos (1640-1910)**, Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1976.

- FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.
- GIORGIS, Cel Luiz Ernani Caminha; MUXFELDT, Gen Ex Virgílio Ribeiro. **Raízes do Exército Brasileiro: Período Colonial: 1500-1822**. Porto Alegre: Renascença, 2019.
- GOMES, Laurentino. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. **A Guerra da Independência no Mar da Bahia**. 1974. 67 f. (Tese) – Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil – Comissão de História Militar, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1974.
- MORGADO, Sérgio Roberto Dentino. **Os combates de Itaparica e Pirajá**. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon - Governo do Estado da Bahia, Bahia, 2010.
- NETO, Hélio Franchini. **Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra Revolução - As Forças Armadas**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.
- SALA DE ARMAS. **Armas Antigas usadas pelo Exército brasileiro**. Disponível em: <<https://www.saladearmas.com/noticia/armas-antigas-usadas-pelo-exercito-brasileiro>>. Acesso em: 31 Jan 22.
- SILVA, Arlenice Almeida. **Guerras e Revoluções Brasileiras**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- SILVA, Rayanne Gabrielle da. **O processo de independência do Brasil na Bahia e no Piauí: guerra, resistência e vitória (1822-1823)**. Contraponto, v. 6, n. 2, p. 61-77, 2017.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. 2. ed. Brasília: Civilização Brasileira, 1982.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.
- VALE, Brian. **Independence or Death: British Sailors and Brazilian Independence, 1822-1825**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 1996.

PERSONALIDADES CIVIS E MILITARES NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TC Inf DANIEL **MOURA** SALES DE OLIVEIRA, TC Eng OTACILIO GIOVANI **LAGRANHA** GOMES, Maj Art JOSÉ AUGUSTO VICENTE **CASTIÉL**, Maj Art GUSTAVO HENRIQUE PESSANHA **SCHIAVO**, Maj Inf RAFAEL SEIDY MILLE **TAKEMOTO**, Maj Inf RICARDO SARTORI **PORTUGUÊS** DE SOUZA, Maj Com ANDERSON GUSTAVO **LIMA** DOS SANTOS, Maj Cav RICARDO RIBEIRO DE **MELLO**, Maj Eng GUSTAVO **REOLON**, Maj Inf **THIAGO TADEU** DE RESENDE SILVA e Maj Art **RAFAEL FERRAZ** PINTO.¹

1. INTRODUÇÃO

O processo de independência do Brasil ficou marcado pela participação de personalidades civis e militares. Essas lideranças desempenharam papel determinante para decisões que ocorreram no nível político/estratégico e no campo operacional/tático contribuíssem para a formação de um novo Estado.

O Brasil se tornou independente em 7 de setembro de 1822. Dom Pedro I, o Príncipe Regente, às margens do Rio Ipiranga, emancipou o País de sua metrópole, Portugal. Tal fato, causou reações dos portugueses e de brasileiros leais à Coroa portuguesa, o que provocou a eclosão de conflitos que ficaram conhecidos como as Guerras de Independência.

No século XVIII, surgiu o Iluminismo. Intelectuais como Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784), Rousseau (1712-1778), John Locke (1632-1704 e Adam Smith (1723-1790), influenciaram o mundo com seu pensamento filosófico, social, econômico e político. Essa corren-

1 Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

te de ideias trouxe relevantes consequências para a ordem sociopolítica vigente à época.

Os ideais revolucionários iluministas estimularam o fim do absolutismo, o surgimento do liberalismo econômico, a independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789). Tais eventos refletiram nas colônias ultramarinas dos reinados da Espanha e de Portugal, culminando com a emancipação desses territórios.

No caso brasileiro, o processo de independência teve início com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, como consequência das Guerras Napoleônicas na Europa. D. João VI implementou na colônia medidas como a abertura dos portos, a criação de universidades e da Real Academia Militar, e em 1815 elevou o status político da colônia para membro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Diante disso, personalidades sob a influência de ideais emancipacionistas alteraram marcadamente a relação colônia-metrópole.

A seguir, serão estudadas as personalidades de destaque no processo de independência do Brasil, caracterizando as ações dos líderes civis e militares no nível político/estratégico, e dos líderes militares no nível operacional/tático que contribuíram tanto para a formação do novo Estado quanto nas Guerras de Independência.

2. AS PERSONALIDADES CIVIS E MILITARES NO PROCESSO DE INDEPENDENCIA DO BRASIL

a. JOSÉ BONIFÁCIO

Considerado o patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva teve um papel decisivo no processo de emancipação brasileiro. Como assessor de D. Pedro I, fortaleceu o movimento autonomista, orientando-o nos passos finais para o rompimento com a metrópole (GUEDES, 2022).

Nascido em 1763, na cidade de Santos, José Bonifácio é oriundo de uma família de renome da aristocracia local. Seguiu para Portugal em 1783 para estudar Filosofia e Direito em Coimbra, onde construiu uma grande reputação como professor universitário (Priore, 2019, p. 13 e 33). Estudou, também, Química e

Mineralogia em Paris e Metalurgia na Escola de Minas de Freiberg, catalogando quatro novas espécies de minerais. Assim, foi considerado um dos homens mais cultos do Brasil em seu tempo e aos 37 anos já era um cientista consagrado em toda Europa (SOUSA, 2015, p.72 e 73).

Bonifácio ocupou cargos importantes na metrópole. Foi intendente-geral das minas de Portugal, alcançou o posto de Major no Corpo Militar Acadêmico, durante os combates contra a ocupação das tropas napoleônicas, e ocupou o Cargo de Inspetor da Polícia do Porto, após a expulsão dos franceses (SOUSA, 2015, p.92).

Em 1819, retornou ao Brasil em um período conturbado pelos reflexos da Revolução Liberal em Portugal, que trouxeram para colônia animosidade entre brasileiros e portugueses, devido à forte tendência do fim do status de Reino Unido que o Brasil alcançara desde 1815 (FAUSTO, 2001, p. 72).

Em 1821, foi chamado a presidir a junta provisória de São Paulo. Apesar de ter aversão ao despotismo, tinha convicções que o caminho para o Brasil era a monarquia constitucional, pregava a liberdade e a tolerância, mas entendia que a manutenção da ordem era uma exigência da própria natureza, como Voltaire (SOUSA, 2015, p.60). Logo, nessa função, concedeu forte apoio a Dom Pedro I, fortalecendo-o na liderança do processo de emancipação e contrariando a tendência de uma posterior fragmentação do país, a qual não desejava (SOUSA, 2015, p.132).

Posteriormente, a pedido do príncipe assumiu o cargo de assessor e ministro. Nessa função, sempre em estreita ligação com a princesa Leopoldina, consolidou-se no papel de principal articulador da independência, o que se comprova na carta enviada ao príncipe-regente para que tornasse o Brasil oficialmente emancipado, contrariando a pressão da metrópole que desejava o seu retorno desde o final de 1821. A consequência foi a proclamação de D Pedro I às margens do rio Ipiranga em 7 de setembro de 1822 (FAUSTO, 2001, p. 73).

Trecho da carta de José Bonifácio ao D. Pedro I:

"[...]Senhor, ninguém mais do que sua esposa deseja sua felicidade e ela lhe diz em carta, que com esta será entregue, que Vossa Al-

teza deve ficar e fazer a felicidade do povo brasileiro, que o deseja como seu soberano, sem ligações e obediências às despóticas Cortes portuguesas, que querem a escravidão do Brasil e a humilhação do seu adorado Príncipe Regente. Fique, é o que todos pedem ao Magnânimo Príncipe, que é Vossa Alteza, para orgulho e felicidade do Brasil. E, se não ficar, correrão rios de sangue, nesta grande e nobre terra, tão querida do seu Real Pai, que já não governa em Portugal, pela opressão das Cortes; nesta terra que tanto estima Vossa Alteza e a quem tanto Vossa Alteza estima.

José Bonifácio de Andrada e Silva." (RIBEIRO, 2013).

b. D. MARIA LEOPOLDINA

Maria Leopoldina foi uma personagem relevante na história brasileira, em virtude de sua devoção em prol do Brasil e sua proeminente participação na independência, REICHL-HAM (2007) contribui com a seguinte colocação:

Leopoldina era um bom exemplo de uma arquiduquesa da família Habsburgo, educada com toda perfeição. Ela aceitara as regras de uma estrita etiqueta; com teimosia e sem resistir, ela cumpria com os deveres que lhe eram impostos. Estes deveres incluíam o casamento, o nascimento de filhos, **a promoção do Estado no qual fosse viver e a subordinação de sua própria vida em prol dos interesses desse Estado.** (grifo nosso)

Filha de Francisco I (imperador austríaco) e de Maria Theresa de Nápoles e Sicília, Maria Leopoldina nasceu em 22 de janeiro de 1797 em Viena, Áustria, e teve sua infância e juventude dedicadas aos estudos. Segundo CONCEIÇÃO e PAPALI (2013) “A imperatriz Leopoldina teve uma educação diferenciada de outras mulheres da época, mesmo para uma representante da nobreza”, aprofundando estudos nas ciências matemáticas e política, fato que colaborou para que mais tarde apresentasse habilidades nas questões político-estatais.

Sobre a união de Maria de Leopoldina com D. Pedro I, BRAGA (2021) escreve: “o casamento, por procuração, deu-se em Viena em 13 de maio de 1817”, formalizando a união das famílias Habsburgo e Orleans e Bragança, das

cortes austríacas e portuguesa, materializando a aliança entre esses países, que viviam um período de instabilidade na Europa. Maria Leopoldina desembarcou no Brasil em 5 de novembro do mesmo ano, sendo recebida por D. João VI no porto do Rio de Janeiro.

Devido sua afabilidade, educação e cultura, Maria Leopoldina rapidamente se integrou à sociedade e aristocracia brasileira. Nesse ínterim, tornou-se muito próxima do maior assessor de seu marido. Nesse sentido CONCEIÇÃO e PAPALI (2013) relata: “próxima de José Bonifácio, com quem governou muito de perto, a princesa passou a apoiar tanto o projeto para a permanência do príncipe no Brasil como a ideia de independência”, demonstrando assim, os ideais de inspiração iluminista de Maria Leopoldina.

De acordo com TAUNAY (1922), “ao partir D. Pedro, em agosto de 1822, para S. Paulo, deixou-lhe a regência. Coube, então, a D. Leopoldina notável papel na aceleração do movimento que teve o seu desfecho em 7 de setembro”, demonstrando a confiança do imperador nas habilidades de sua esposa, circunstância que contribuiu para o processo de independência brasileira.

Ademais, ainda sob a regência de Leopoldina, CONCEIÇÃO e PAPALI (2013) descreve que: “em setembro de 1822, sabendo que Portugal exigia a volta de D. Pedro, D. Leopoldina reúne o Conselho de Estado e assina o decreto de Independência, declarando o Brasil separado de Portugal”, oficializando a emancipação brasileira, conjurando a vontade da maioria dos brasileiros e enaltecendo a figura da nova imperatriz nesse processo.

Além disso, PRIORI (2012) acrescenta: “Dona Leopoldina teve papel fundamental no processo de independência do Brasil, pois foi ocupando o cargo de princesa regente que esteve à frente em todos os momentos das negociações da independência da colônia”. Sua relevante atuação foi “construída” aproximadamente em 9 anos, pois sua morte ocorreu em 11 de dezembro de 1826, em virtude das consequências de um aborto espontâneo. Deixou sete filhos: Maria, Miguel, João Carlos, Januária, Paula, Francisca e Pedro, que foi imperador do Brasil, de 1840 a 1889.

Dessa forma, a imperatriz Maria Leopoldina deixou um intenso legado, como consequência de seu preparo intelectual e seu tato qualificado para as de-

mandas político-estatais, que influenciaram diversos escalões aristocráticos do Brasil à época, além de adjutorar seu esposo, D. Pedro I, nas deliberações internas e externas em proveito do Brasil, com reflexos diretos e indiretos no processo de independência do Brasil.

c. PEDRO LABATUT

Pierre Labatut nasceu em Cannes, França, em 1776 e lutou nas campanhas de Napoleão Bonaparte. Iniciou sua carreira militar no exército francês, no qual se destacou, conquistando respeito e consideração dos seus superiores. Foi um militar eficiente, duríssimo quanto à disciplina e grande estrategista. No Brasil ficou conhecido como Pedro Labatut.

Mudou-se para a América do Sul como Coronel, e participou do processo de independência de outros países sul-americanos. Foi um dos comandantes revolucionários nas guerras na América Espanhola – tendo ficado conhecido como “Pirata do Caribe”. Lutou ao lado de importantes personalidades do período, como Simón Bolívar. Em seguida deslocou-se para o Brasil a fim de residir no Rio de Janeiro.

Por ocasião da Declaração de Independência, D. Pedro I não dispunha de forças armadas eficientes, bem treinadas e, especialmente, fiéis a ele. Tal fato ocorria em virtude de que as forças armadas que existiam no Brasil no momento da Independência eram comandadas, em grande parte, por oficiais portugueses. Nesse contexto, o general de origem francesa foi contratado pelo novo imperador. Incorporou-se ao exército nacional em 3 de julho de 1822, com a missão de liderar e organizar o Exército Pacificador e encerrar os conflitos entre brasileiros e portugueses na província da Bahia.

O general passou por Alagoas e Pernambuco, onde incorporou homens às suas tropas. Após isso, marchou para a Bahia a fim de se juntar às tropas que por lá estavam. Ademais, organizou grupos dispersos que se encontravam sob comando de civis, formando um exército forte, disciplinado e leal ao imperador.

O êxito do general concretizou-se pela vitória na Batalha de Pirajá, ocorrida em 8 de novembro de 1822. O conflito ocorreu na área do Cabrito, Campinas e Pirajá, sendo iniciado por tropas portuguesas que tentavam romper o

bloqueio à cidade de Salvador. Cerca de 250 soldados portugueses desembarcaram em Itacarana para atacar o Engenho do Cabrito, enquanto um outro grupo avançava para Pirajá. A vitória brasileira aconteceu no combate decisivo entre o Exército Pacificador e as forças portuguesas (Legião Constitucional). Nessa batalha ocorreu um dos fatos mais inusitados da história militar brasileira. Após longo e desgastante embate, o comandante brasileiro Barros Falcão, percebendo a iminente derrota, ordenou o recuo das tropas, entretanto, o corneteiro Luis Lopes, após receber a ordem, por algum motivo desconhecido, tocou “cavalaria, avançar e degolar”. Os portugueses foram surpreendidos e recuaram, sendo derrotados no confronto, porém, as forças militares brasileiras não tinham cavalaria disponível nessa batalha.

Pedro Labatut faleceu na Bahia em 24 de setembro de 1849, como marechal de Campo do Exército Brasileiro. Foi condecorado com a medalha de guerra da Independência na Bahia e em sua homenagem, foi erguido um busto no Largo da Lapinha, inaugurado em 2 de julho de 1923, em Salvador. Seus restos mortais encontram-se em uma urna de mármore no interior do Panteão de Pirajá, que também abriga a Bandeira dos Veteranos da Independência usada na Batalha de Pirajá sob o seu busto.

d. D. JOÃO VI

A contribuição de Dom João VI para a história do Brasil, remete aos 13 anos de permanência do rei e sua corte em terras brasileiras, entre 1808 e 1821. Nesse período, expressivas mudanças políticas, econômicas, militares e psicossociais culminaram no movimento de independência do Brasil.

No início do século XIX, Napoleão Bonaparte iniciou a expansão francesa sobre a Europa. Guiada pela genialidade militar do seu governante, a França alterou o equilíbrio de poder no Velho Mundo, motivando a decisão de D. João VI de transferir a corte para a América Portuguesa, deixando Napoleão “a ver navios”. Desse modo, o monarca lusitano evitou a captura e preservou o reinado português frente à ameaça francesa.

A chegada da família real portuguesa no Brasil marcou intensamente os destinos do Brasil e da Europa. Pela primeira vez na história, um rei europeu transferia a capital de seu governo para o conti-

nente americano. Cerca de 10 mil pessoas fizeram a viagem que atravessou o oceano Atlântico. (SOUSA, 2022)

A chegada do Príncipe Regente modificou as relações econômicas do Brasil com os países livres. Conforme descreve Sousa, D. João VI instituiu, na Carta Régia de 1808, a abertura dos portos às nações amigas, além da permissão para o funcionamento de indústrias manufatureiras. A medida encerrou o pacto colonial, permitindo que a colônia desenvolvesse o comércio internacional e a infraestrutura.

A cunhagem e circulação de moedas foi garantida com a fundação da Casa da Moeda e do Banco do Brasil. Dessa forma, o período joanino implementou o sistema monetário brasileiro, mesmo sem o acesso à infraestrutura reunida em Lisboa.

D. João VI instituiu a cidade do Rio de Janeiro como a Capital do Brasil e investiu também em sua modernização. Datam do período joanino a criação da Biblioteca Real, o surgimento do primeiro jornal do Brasil, a implementação do Jardim Botânico e da Academia de Belas Artes, fatores que contribuíram para o enriquecimento cultural da então colônia.

A criação da Academia Real Militar, embrião da atual Academia Militar das Agulhas Negras, teve grande importância para a expressão militar do poder no Brasil. O empreendimento garantiu a formação de uma oficialidade em território brasileiro, e contribuiu para o desenvolvimento da consciência nacional brasileira, o que, doravante, levou à consolidação do Brasil como um país independente.

Conforme descreve Rainer Sousa, D. João VI promoveu uma campanha sobre a Guiana Francesa, conquistando a capital Caiena em 1809, como represália ao ataque da França contra Portugal. O território permaneceu sob domínio brasileiro até o Congresso de Viena. Ao Sul do Brasil, já em 1817, outra campanha militar conquistou a Cisplatina, provendo segurança contra ameaças advindas das colônias espanholas do cone sul da América do Sul.

O ano de 1815 marcou o fim da condição colonial com a criação do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves e a elevação de D. João VI à condição de Rei. Essa evolução provou-se fundamental para pavimentar o caminho para a

independência, uma vez que as lideranças da antiga colônia não mais aceitariam a subordinação à antiga metrópole.

Após o fim do período napoleônico, a Revolução Liberal portuguesa e as demandas da corte forçaram D João VI a retornar para Lisboa em 1821, deixando em seu lugar o Príncipe Dom Pedro I, finalizando o período joanino.

Inferese, que as realizações de D. João VI, em solo brasileiro, promoveram a evolução do pensamento e organização coloniais para uma consciência nacional brasileira, criando as condições para a posterior independência da América Portuguesa sob uma única bandeira, hasteada em um território de dimensões continentais, igualmente grandioso em sua cultura.

e. D. PEDRO I

Dom Pedro I nasceu em Queluz, Portugal, no dia 12 de outubro de 1798, foi o primeiro Imperador do Brasil de 1822 até sua abdicação em 1831, e também Rei de Portugal e Algarves como Pedro IV entre março e maio de 1826. De acordo com MOURA (2020, p. 70), Dom Pedro I, após assumir a regência do Brasil, em 1821, vivenciou uma conjuntura política pouco favorável ao seu governo. O retorno de Dom João VI a Portugal agravou os conflitos de interesse e as disputas de autoridade. Os portugueses tinham a intenção de reduzir os privilégios concedidos à Colônia, e os brasileiros, movidos pelo ideal de independência, sob influência do iluminismo, procuravam escapar de sua tutela.

Crescia a animosidade entre lusitanos e brasileiros, frequentes incidentes aumentavam as divergências entre as facções. Em Pernambuco, em julho de 1821, o Governador Luís do Rego foi alvejado com um tiro de bacamarte, terminando o conflito com muitas prisões, a renúncia do governador e a eleição de uma Junta Governativa provisória, presidida por Gervásio Pires Ferreira. Em Montevideú, após um levante das tropas, estabeleceu-se uma Junta de governo sob a presidência do General Lecor, que decidiu que a Banda Oriental continuaria portuguesa, com a denominação de Província Cisplatina. Em São Paulo, aclamou-se também uma Junta, na Bahia, no Maranhão e no Ceará contestava-se a autoridade do Príncipe, prestando-se obediência diretamente às Cortes Constitucionais.

Diante desse cenário, decide desobedecer às ordens da coroa portuguesa, permanecendo no Brasil. Segundo Malerba (1999), as Cortes determinaram o regresso de Dom Pedro a Portugal para viajar na Europa e aprimorar sua educação na França, Inglaterra e Espanha. Convencido pelas campanhas populares de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que clamavam pela sua permanência, Dom Pedro decide permanecer no Brasil. Mesmo faltando a adesão das províncias do norte, compromete-se com a causa da Independência, em nome das instituições e da tradição monárquica, garantindo assim a unidade do país. Assim, distinguia-se do processo emancipatório da América espanhola, fragmentada em inúmeros países independentes que adotaram o regime republicano.

Ao chegar na cidade de São Paulo, na noite de 7 de setembro de 1822, Pedro e seus companheiros espalharam a notícia da independência do Brasil do domínio português.

O príncipe foi recebido com grande festa popular e foi chamado de "Rei do Brasil", mas também de "Imperador do Brasil". Ele retornou ao Rio de Janeiro em 14 de setembro e nos dias seguintes os liberais espalharam panfletos, que sugeriam a ideia de que o príncipe deve ser aclamado Imperador Constitucional. Em 17 de setembro, o Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, enviava às outras Câmaras do país a notícia que a Aclamação iria ocorrer no aniversário de Pedro, em 12 de outubro. No dia seguinte, a nova bandeira e brasão de armas do reino independente do Brasil foram criados. (VIANA, 1994, p 417).

Nas proximidades do riacho Ipiranga, José Bonifácio trazia importantes despachos de Lisboa do Deputado Antônio Carlos, dos Ministros e da Princesa Leopoldina. Os documentos continham limitações políticas e econômicas adotadas pela Corte lusitana, diminuindo a autoridade do Regente, anulando a convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias e nomeando novo ministério para o Brasil. O alferes Canto e Melo assevera que, lendo os papéis e comunicando-os aos que o rodeavam, o príncipe, “depois de um momento de reflexão”, bradou: “É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!” (SOUZA, 2015, p. 396)

Com o apoio das massas populares, o Príncipe conseguiu expulsar a Di-

visão Auxiliadora, criada por Dom João VI por tropas portuguesas do 11º e 15º Batalhões de Infantaria, o 3º de Caçadores e o 4º de Artilharia, sob o comando do general Jorge de Avilez, mas ciente da necessidade de organizar uma tropa brasileira, começou desmontando a administração militar portuguesa, por meio do decreto de 12 de janeiro de 1822, concretizando a retirada dos portugueses do território brasileiro.

f. MARIA QUITÉRIA

Maria Quitéria nasceu na vila de São José das Itaporocas, onde hoje se localiza o Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana, Bahia, em 1792. Com cerca de dez anos de idade, sua família se muda para uma fazenda na Serra da Agulha, nas cercanias da localidade de Cachoeira, hoje a cidade de Tanquinho, no mesmo estado. Nesse local, sua família recebe um emissário da Junta Conciliadora de Defesa da cidade de Cachoeira, na iminência do conflito armado chamado de Guerra da Independência do Brasil na Bahia, nos idos de 1822.

Gonçalo de Almeida recebeu em sua casa um desses emissários, e de pronto negou seu pleito, já que ele próprio era muito velho, e na família não havia filho homem em idade de lutar. Eis que Maria Quitéria surpreende o pai dizendo: “é verdade pai que não tendes um filho, mas lembrai-vos de que as baianas do Recôncavo manejam as armas de fogo e o exercício da caça não é mais nobre do que a causa da Pátria. Tenho o coração abrasado; deixe-me ir disfarçada empunhar as armas em tão justa guerra.”, sendo o seu pedido negado. (TAUNAY, 1922, p. 175).

Maria Quitéria tinha o temperamento vivo, inquieto, expansivo. Sabia manejar armas de fogo e se exercitava caçando. Sua determinação foi decisiva diante do chamado da Pátria. Com a ajuda de sua irmã, que lhe emprestou roupas de seu marido, disfarçou-se de homem e assentou praça num Regimento de Artilharia, com a alcunha de soldado Medeiros, em homenagem a seu cunhado. Posteriormente, passou para a Infantaria, no Batalhão de Voluntários do Príncipe D. Pedro. Sendo descoberto o seu disfarce antes da guerra terminar, a soldado Medeiros permaneceu no serviço ativo devido a sua habilidade no manejo de armas de fogo e excepcional pontaria (GALENO, 1954, p. 138).

Além de ser a primeira mulher a assentar praça numa unidade militar

brasileira, Maria Quitéria se destacou pela intrepidez e valentia em campo de batalha. Participou de confrontos como os de Conceição, Pituba, Itapuá e na foz do Paraguaçu, onde a sua bravura foi enaltecida pelos seus pares e comandantes. (SORIANO NETO, 1999, p. 112). Em Itapuá, se lançou à frente, escalou trincheiras e rendeu homens, fazendo-os prisioneiros. Já na Foz do Paraguaçu, a Amazona brasileira comandou um grupo de outras mulheres heroicas, que combateram com água até os seios para impedir o desembarque de soldados lusitanos do general Madeira de Mello. (TAUNAY, 1922, p. 176 e p. 178). Por fim, em 2 de julho de 1823, o Batalhão de Voluntários do Príncipe adentra triunfante na capital Salvador, após a capitulação dos adversários lusos. Nesta ocasião, Maria Quitéria é ovacionada pelos habitantes da cidade. (SORIANO NETO, 1999, p. 114)

Outros de seus feitos são o recebimento das honras de 1º Cadete, que lhe foram outorgadas pelo General Pedro Labatut e a honraria de ser a emissária que levaria a notícia da vitória baiana a D. Pedro I, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, o imperador lhe concedeu o soldo de Alferes de Linha e a comenda de “Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro”. (SORIANO NETO, 1999, p. 112).

Movida por ideais levantados, Maria Quitéria abandona seu “honrado lar, e brande arma libertadora de sua pátria. Imortalizou-se pelo heroísmo: por isso mesmo o seu nome está sempre presente na justa retentiva dos pósteros”. (TAUNAY, 1922, p. 181). Assim é justo e merecido que, dentre outras homenagens, o Exército Brasileiro tenha elevado Maria Quitéria de Jesus ao “panteão da glória da Força Terrestre, por instituí-la Patrono do Quadro Complementar de Oficiais” (QCO) do Exército Brasileiro em 1996. (SORIANO NETO, 1999, p. 114).

g. THOMAS COCHRANE

Lorde Thomas Cochrane foi um oficial naval e herói de guerra britânico que se engajou nas Guerras de Independência do Chile, Peru, Brasil e Grécia, comandando suas forças navais. Cochrane foi um dos principais responsáveis pela consolidação da soberania e da integridade do território brasileiro, particularmente nas regiões norte e nordeste do país. (ERMANKOFF, 2021, p. 35)

A Proclamação da Independência em 1822 e sua consequente separação

da Coroa Portuguesa, causaram antagonismos nas regiões Norte e Nordeste do país. As províncias da Bahia, Maranhão e Grão-Pará não aceitaram a cisão com Portugal e criaram rebeliões contra D Pedro I.

Para eliminar os focos de resistência interna à autoridade do novo Imperador, e rechaçar qualquer tentativa de recolonização, foi necessário o aprestamento de forças terrestres e, principalmente, o preparo de uma força naval capaz de obter o controle do mar, interceptando a vinda de reforços portugueses, bloqueando as posições inimigas e mantendo livres as comunicações marítimas do novo Império. O tempourgia e as dificuldades eram muitas. (VALE, 1971 p.7-8)

O Governo brasileiro resolveu então convidar Thomas Cochrane, oficial de grande experiência e que fez brilhante carreira na Royal Navy como comandante de fragatas durante as Guerras Napoleônicas, para comandar a Esquadra brasileira. Convidado pelo imperador para comandar a recém-formada Marinha imperial brasileira, Cochrane chegou em nossas terras com o firme propósito de expulsar as tropas portuguesas que ainda ocupavam as províncias do Norte e do Nordeste. Em 21 de março de 1823, Cochrane içou seu pavilhão na Nau Pedro I e partiu para Salvador (VALE, 1971 p.10).

No dia 1º de abril de 1823, Cochrane lançou uma ofensiva náutica que navegou para Norte. O objetivo da frota era criar um bloqueio que impedisse qualquer tentativa de encaminhar reforços da Europa pelo mar. A esquadra brasileira tinha seis navios a menos que os ocupadores, apesar da desvantagem numérica, Cochrane decidiu cortar a linha inimiga, abrir espaço para uma invasão e tomar a retaguarda da formação portuguesa, criando a possibilidade de se afundar as fragatas inimigas. O plano compensou a inferioridade numérica dos brasileiros e a frota portuguesa foi cortada rapidamente. O almirante se estabeleceu no Morro São Paulo e manteve o bloqueio contra qualquer ajuda que pudesse vir de Salvador (NOGUEIRA, 2022 p.4).

Com o cerco a Salvador concluído, a situação de crise na capital cresceu, fazendo com que o governador rebelado Madeira de Melo fugisse da cidade em 2 de julho. Os portugueses acompanharam a decisão do governador e tomaram seus navios de volta para sua terra natal, sendo perseguidos pelos navios brasileiros de Cochrane, que capturou sete embarcações e os devolveu ao Brasil (NOGUEIRA, 2022, p.5).

Cochrane partiu, então, para o Maranhão, onde uma junta governativa ainda resistia ao processo de Independência. Chegou à barra do porto de São Luís em 26 de julho de 1823 e anunciou a aproximação de poderosas forças navais e terrestres. Diante disso, essa província decidiu aderir ao movimento de Independência. No Grão-Pará utilizou-se do mesmo ardil para dobrar a Junta Governativa do Maranhão e conseguiu que se proclamasse à adesão do Pará ao Império. Após isso, Bahia, o Grão-Pará e o Maranhão estavam pacificados graças aos serviços do Lord Cochrane (CAMINHA, 1974, p.18).

Cochrane foi um dos responsáveis pela consolidação da Independência no Brasil, pacificando o território nacional. Suas atitudes garantiram a unidade do Império brasileiro e seu reconhecimento como nação soberana, afastando-lhe o jugo da recolonização e trazendo-lhe um futuro de liberdade.

3. CONCLUSÃO

O processo de independência do Brasil não pode ser reduzido a um simples evento histórico, fruto de uma conjuntura espontânea criada por atores e situações desconexas. Resulta do descontentamento de muitos à uma dominação anacrônica que não era compatível com um país, que ainda em berço, mostrava a vocação para ser gigante.

As transformações do status mundial, moldadas pelo pensamento iluminista e o apelo por liberdade auxiliaram na eclosão da Independência Americana, da Revolução Francesa e da pulverização dos países da América Espanhola, tornaram anacrônica a submissão do Brasil às vontades lusitanas. Neste sentido, personalidades relevantes de nossa história adaptaram um roteiro com os mais diversos interesses, todos canalizados, no entanto, em prol de um país soberano e cômico do papel que lhe caberia, de ali por diante, no concerto das nações.

Dentre diversos vultos, como não colocar em destaque talvez o maior arquiteto e patrono da Independência: José Bonifácio. Entusiasta da educação e com ampla formação acadêmica, Bonifácio acreditava que a instrução do povo seria fundamental para a obtenção da plena soberania do país nascente. De pensamento liberal e defensor da monarquia constitucional atuou, indubitavelmente, como grande influenciador de Dom Pedro nos ideais emancipatórios, orientando o soberano a atuar, dentro do possível, com o mínimo de fricção e desperdício

de energia.

Já o monarca, por sua vez, entregou devota manifestação de patriotismo brasileiro ao desobedecer explicitamente a corte portuguesa não regressando para a Europa e immortalizando o episódio histórico do Fico, emitindo inequívoca mensagem de que os privilégios concedidos à então Colônia por ocasião da sua ascensão a Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves eram irreversíveis e inexoráveis. Plantava-se, assim, o germe que se transformaria em árvore frondosa da nação que se descortinava ao mundo. O poder aglutinador do trono, aliado a atuação contundente ação de D João VI na Cisplatina, ao sul, bem como as oportunas intervenções do pragmático profissionalismo de Cochrane e Labatut, ao norte e nordeste, rascunharam a configuração do imenso e indissolúvel território.

O protagonismo feminino não poderia ser olvidado neste relevante evento da história brasileira. Seja na atuação destacada da imperatriz Maria Leopoldina que com seus ideais iluministas influenciou D Pedro no episódio do Fico e conduziu, enquanto regente, as negociações da independência da colônia, culminando com a assinatura de seu decreto. Seja no patriotismo obstinado de Maria Quitéria, que a despeito de quaisquer dificuldades inerentes à sua condição feminina no combate daquele tempo, lutou com bravura em prol da pátria brasileira, servindo de exemplo a todos, em especial ao QCO do Exército Brasileiro do qual tornou-se patrona.

Por fim, também há que se render homenagem a uma infinidade de heróis anônimos. Brasileiros todos, de nascimento ou não, que nos prestam o legado da nação grandiosa que hoje somos e consolidaram este significativo capítulo da história nacional, muitas vezes percebido equivocadamente como ameno e isento de lutas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luiz Porto. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

AZEVEDO, Aldo M. **Lord Cochrane. Primeiro Almirante Brasileiro**. Revista de História, v. 9, n. 19, p. 101-130, 1954.

BRAGA, Paulo Drumond. **Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal**. Lisboa. 2021.

BEZERRA, Juliana. **Iluminismo**. Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/iluminismo>>. Acesso em: 10 fev. de 2022.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Formação da Marinha Imperial**. In: Revista Navigator, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, nº 10, dez.1974. p.5-28.

CONCEIÇÃO, Débora Silva e PAPALI, Maria Aparecida. **Imperatriz Leopoldina e sua influência no processo de independência do Brasil**. São José dos Campos, 2013.

ERMAKOFF, G., **Lorde Thomas Cochrane, um guerreiro escocês a serviço da Independência do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2021.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Ed 2. Ed USP. São Paulo: 2001.

FERREIRA, Leonídio Paulo. **Como em 13 anos, D João VI Reinventou o Brasil**; Diário de Notícias, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/1864/como-em-13-anos-d-joao-vi-reinventou-o-brasil-9943975.html#media-1>> . Acesso em 05 fev. 2022.

GALENO, Henriqueta. **Maria Quitéria de Jesus, Heroína Brasileira**. Revista da Academia Cearense de Letras. 1954. Disponível em: <https://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/revistas/1954/ACL_1954_25_Maria_Quiteria_de_Jesus_Heroina_Brasileira_Henriqueta_Galeno.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GUEDES, Sylvio. **Os dez heróis do Livro dos Heróis da Pátria**. Jornal do Senado. Disponível em <https://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/nomes.html> acesso em: 08 jan. 22

LUCAS, Franco. **Importante episódio da independência da Bahia, Batalha de Pirajá completa 199 anos, 08 de novembro de 2021**. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/importante-episodio-da-independencia-da-bahia-batalha-de-piraja-completa-199-anos-1178260>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808- 1889): panorama da História do Brasil**. Maringá: editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

MOURA, Diego de Souza. **Bicentenário da Independência do Brasil: O Papel do Exército no processo de independência**. Dissertação de Mestrado. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020.

NOGUEIRA, André. **Aventuras na História**. “Há 196 anos Brasil e Portugal guerreavam em Salvador pela independência da cidade”. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-196-anos-brasil-e-portugal-guerreavam-em-salvador-pela-independencia-da-cidade.phtml> Acesso: 01 fev. 2022.

PRIORE, Mary Del. **A carne e o sangue; A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PRIORE, Mary del. **As vidas de José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

REICHL-RAM, Cláudia. **A imperatriz Leopoldina e sua importância para o Brasil**. Brasília, 2007.

REZZUTTI, Paulo Marcelo. **D Pedro – A história não contada: O homem revelado por cartas e documentos inéditos**. Casa das Letras Portugal: 2016.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **07 de setembro, São Paulo, Berço da Independência do Brasil**. ALESP. 2013. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=337819>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ROSÁRIO, Flávio. **Pirajá: Importância histórica para independência da Bahia**, 15 de junho de 2019. Disponível em: < <https://www.anf.org.br/piraja-importancia-historica-para-independencia-da-bahia/>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SANTOS, Lucas Borges dos; MARINHO, Simone Ramos. **General Labatut**, 02 de julho de 2014. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/844/1/RM_n02_General%20Labatut.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SORIANO NETO, Manuel. **Maria Quitéria de Jesus**. Revista A Defesa Nacional. vol. 85, n. 783. 1º quad. de 1999. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/articulo/view/5726/4957>> . Acesso em: 08 fev. 2022.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**. Vol I, Edições do Senado Federal, vol 208. Brasília: 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Período Joanino**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilecola.uol.com.br/historiab/dom_joao.htm. Acesso em 05 de fevereiro de 2022.

TAUNAY, Afonso de. **Grandes Vultos da Independência Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

TAUNAY, Affonso D'E. **Grandes Vultos da Independência Brasileira** - Publicação comemorativa do primeiro centenário da Independência Nacional. 1ª ed. São Paulo - Cayeiras - Rio: Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1922. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6960/1/45000009128_Output.o.pdf> . Acesso em: 08 fev. 2022.

VALE, Brian. **Estratégia, poder marítimo e a criação da Marinha do Brasil 1822-23**. In: Revista Navigator, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, nº 4, dez.1971. p. 5-21.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil: período colonial, monarquia e república**. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

_____. **Dom João VI**. In Britannica Escola. Web, 2022. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/dom-João-VI/483323>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2022.

_____. **Sessão do Conselho de Estado (1822)**. Disponível em: < <https://artebrasileiros.com.br/nao-categorizado/as-artistas-esquecidas-pela-historia/>>. Acesso em: 8 Fev 2021.

_____. **GUIA GEOGRÁFICO CIDADE DO SALVADOR. Panteão ao General Labatut**. Disponível em: < <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/piraja.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PRIMEIRO REINADO

TC Com **RODRIGO LUÍS ROSA DA SILVA**, Maj Int **BRENO TEIXEIRA BARBOSA**, Maj Int **DIRCEU GOMES DE OLIVEIRA**, Maj Cav **GUILHERME BERNARDES SIMÕES**, Maj Cav **LUIS FELIPE FERREIRA SILVEIRA**, Maj Eng **MARCOS LOPES BARBOSA DE LIMA SERBIM**, Maj Eng **MICHAEL PORPINO DE LIMA**, Maj Art **PATRICK CELSO MÁXIMO NETTO**, Maj Inf **RODERIK YAMASHITA**, Maj Inf **THIAGO LEONARDO FERREIRA CIPRIANO**, Maj Inf **THIAGO RODRIGO GUIMARÃES ROCHA** e Maj Art **VICTOR ALMEIDA PEREIRA**.¹

1. INTRODUÇÃO

A formação do Exército Brasileiro é embrionária da epopeia de Guararapes, em 1648, quando pela primeira vez, indígenas brasileiros, escravos africanos, brancos portugueses e brasileiros se uniram para reconquistar o território nordestino, invadido pela Holanda desde 1630.

As Batalhas de Guararapes firmaram as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822, com a independência do Brasil do jugo português. Assim, teve início o Primeiro Reinado que se estenderia até 1831, com a abdicação de D. Pedro I.

Esse período foi marcado pela instabilidade interna e externa, com uma série de eventos que alteraram a geopolítica mundial e nacional. Desses acontecimentos, destacam-se as Guerras de Independência, a Confederação do Equador, a Guerra da Cisplatina e a Noite das Garrafadas, culminando com a abdicação de

¹ Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

Dom Pedro I.

No cenário internacional, verificam-se os resquícios da Revolução Francesa, por meio de diversos movimentos liberais e nacionalistas em Portugal, Espanha, Itália e na Confederação Germânica, impulsionados pela ascensão da burguesia, disseminação de ideias liberais e surgimento de pensamentos socialistas. Esses eventos influenciaram também a população brasileira que ansiava por sua emancipação da metrópole.

Nas Américas, várias colônias latino-americanas declararam-se autônomas e independentes da Espanha, a exemplo do Vice-Reino do Rio da Prata, provocando um clima de instabilidade no âmbito regional. Além disso, evidenciou-se o espírito expansionista norte-americano calcado na Doutrina Monroe, demonstrado na frase “A América para os Americanos”.

Notadamente, a instabilidade geopolítica do período exigiu adaptação e pronta resposta do recém surgido Império Brasileiro, com o objetivo de angariar espaço no cenário internacional. Tal fato requereu um desenvolvimento das capacidades do Exército Nacional, objetivando fazer frente às revoltas e guerras do período.

Do exposto, o presente artigo tem como escopo expor os principais eventos que envolveram a formação e o desenvolvimento do Exército Brasileiro no Primeiro Reinado, bem como as conclusões atinentes a esses tópicos.

2. DESENVOLVIMENTO

a. ESTRUTURAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE ENTRE 1822 E 1824

A formação de uma força militar foi uma das preocupações do Imperador D. Pedro I, no início de seu reinado. Era necessário expulsar as tropas portuguesas e obter a unidade do território da nação recém-criada. Para isso, utilizou como base as normas militares portuguesas e elementos lusos e brasileiros, que compunham as fileiras das forças armadas do Brasil. No entanto, a contratação de mercenários foi necessária, na medida em que pairava um clima de desconfiança diante da presença de militares ainda fiéis ao governo português (FROTA, 2000).

A primeira ação de Pedro I foi modificar os uniformes, a fim de diferenciar

as forças brasileiras das portuguesas. Em 18 de setembro de 1822, criou o emblema que, até 1825, foi usado no alto da manga esquerda das fardas, denominado “tope”, composto de um círculo verde, isolado acima de uma fita amarela, na qual se lia “Independência ou Morte” (FROTA, 2000). Tal ato marcou a busca por uma autonomia militar em relação a Portugal, reforçando a motivação patriótica brasileira.

Para incrementar a segurança da capital, o imperador mandou transferir tropas de São Paulo e de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e determinou a criação de novas unidades. Nesse sentido, em 1822, organizou-se o batalhão dos Henriques da Côrte e um corpo de artilharia com efetivo de 398 homens. D. Pedro I reforçou também os batalhões de caçadores dando a cada um o efetivo de 714 homens, repartidos entre 6 companhias (RODRIGUES, 2002).

Ademais, por meio de alguns decretos, em 1822 e 1823, criou-se a Guarda Cívica, a Imperial Guarda de Honra e o Batalhão do Imperador; este último com a missão de operar na Bahia contra as forças portuguesas comandadas pelo Brigadeiro Madeira. Para os combates na Bahia, também foi constituído um batalhão de artilharia de posição, composto por pretos libertos, que contribuiu para a ampliação das capacidades operativas das tropas imperiais no Nordeste brasileiro (O EXÉRCITO..., 1998; FROTA, 2000), favorecendo a manutenção da integridade territorial.

Houve também a necessidade de criação de Unidades compostas por estrangeiros, tendo em vista a dificuldade em prover a segurança em todo o território nacional. Em 8 de janeiro de 1823 e em 13 de novembro de 1824, foram criados dois batalhões com inúmeros elementos de nacionalidade alemã e irlandesa (FROTA, 2000), revelando um óbice a ser superado no tocante ao recrutamento de efetivos.

Outras importantes mudanças na estrutura do Exército ocorreram entre 1822 e 1824. O Exército passou a ser constituído por três armas: Infantaria, com 27 batalhões de caçadores, três de granadeiros e o Batalhão do Imperador, totalizando entre 735 e 879 homens cada batalhão; Cavalaria, com a Imperial Guarda de Honra e sete regimentos; e Artilharia, com 17 Corpos, sendo 05 montados. Criou-se ainda o Quartel-General da Corte, em 20 de fevereiro de 1824, cuja função era abrigar o comando geral e o seu respectivo estado-maior, representando

a instituição central da administração militar (FROTA, 2000; O EXÉRCITO..., 1998).

No que se refere ao serviço militar, particularmente à vida do recruta, vale mencionar que era bastante difícil, muito próxima a uma semiescavidão. Inicialmente, o tempo de serviço se estendia por oito anos, em que pese tal período ser excedido com bastante frequência, uma vez que não eram muitos os rapazes dispostos a vivenciar a experiência na caserna (O EXÉRCITO..., 1998; FROTA, 2000). Isso demonstra, a dificuldade em se preencher os claros nos quartéis àquela época, representando um desafio ao aumento da presença militar no território nacional, caracterizando-se como óbice de uma força recém criada.

Para tentar solucionar essa questão, o decreto de 30 de janeiro de 1822 buscou amenizar as exigências físicas e sociais para o recrutamento. Além disso, o recruta passou a ser remunerado por um pequeno soldo (RODRIGUES, 2002), o que reduziu o problema de preenchimento de claros, porém não o solucionou por completo.

Para os oficiais, entretanto, não havia tempo limitado de serviço. O jovem ingressava na Academia Militar, então situada no Largo do São Francisco, no centro do Rio de Janeiro. A fim de facilitar as promoções, o governo determinou a impressão de um almanaque militar, em que passaram a ser registrados os assentamentos individuais dos militares (FROTA, 2000), prática que deu maior organização à política de pessoal da Força e que se mantém até os dias atuais, com as devidas modificações.

Na administração e na logística militar, houve mudanças relevantes. O Imperador determinou a criação do Comissariado Geral do Exército, do Depósito Geral de Recrutas, de fábricas de material bélico, munições e de arsenais. Estruturas já existentes, como o Trem Real e a Fábrica da Casa de Armas da Conceição foram incrementadas (O EXÉRCITO..., 1998), o que proporcionou à recém criada Força Terrestre um embrião de instalações logísticas voltadas à produção bélica, solucionando um óbice identificado pelo Imperador, por ocasião das guerras de Independência. Ademais, tais modificações proporcionaram maior dinamismo às questões administrativas da Força, dando maior organização e eficiência à gestão do Exército.

A Constituição outorgada em 1824 trouxe ainda diversas diretrizes relativas à organização geral das Forças Militares Imperiais. A primeira referência ao exercício do poder de coerção inerente ao Estado aparece no Art. 102, no qual se atribui ao Poder Executivo a nomeação dos Comandantes da Força de Terra e Mar (MATHIAS; GUZZI, 2010).

A organização das Forças Armadas na CF/1824 é também mencionada nos Art. 145 a 150, nos quais se afirmam que todos os cidadãos são obrigados a defender a Independência e a integridade do Império, sendo competência privativa do Executivo o emprego das Forças, reforçando-se o Art. 102. Estabeleceu-se, ainda, que a força militar era “essencialmente obediente”, sequer podendo reunir-se sem ser “ordenado pela Autoridade legítima”, conforme o Art. 147.

Assim, a estruturação da Força Terrestre nesse período mostrou-se fundamental para garantir a emancipação do Brasil. Ainda que com limitações logísticas e estruturais, observa-se que o Exército recém-criado foi o principal instrumento de que o Imperador dispôs para assegurar a unidade territorial do país. Essas bases estruturais geraram diversos reflexos em âmbito nacional, que se fazem perceber, inclusive, nos dias atuais.

b. O EXÉRCITO IMPERIAL NAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Durante o 1º Reinado, diversos movimentos liderados pelos portugueses buscaram manter o Brasil subordinado à Coroa portuguesa, provocando uma reação por parte dos nacionalistas, a fim de consolidar a independência, o que deu origem às chamadas Guerras de Independência.

Nesse período, as tropas brasileiras eram insuficientes e mal preparadas, caracterizando grandes dificuldades de uma força recém formada, o que exigiu o reaparelhamento da Marinha e o aumento de efetivo do Exército por meio do recrutamento, inclusive de estrangeiros (PAULA, 2009).

Além disso, outro óbice era a necessidade de contratação de mercenários, tal como Lorde Cochrane, John Grenfell, Pierre Labatut, James Norton, John Taylor e Thomas Crosbie que foram amplamente empregados nas Guerras de Independência (FARIA, 2015).

Na Bahia, em 1822, Freitas Guimarães, que era fiel a D. Pedro, foi eleito Governador das Armas. Os portugueses reivindicaram o posto alegando que o Brigadeiro Madeira de Mello era o mais antigo e tinha direito ao cargo. Após um motim em fevereiro de 1822, o Brigadeiro Freitas Guimarães é deposto e preso. A reação dos patriotas veio em junho, quando se iniciaram os combates de guerrilha, realizando incursões para cortar as comunicações e o fluxo logístico dos portugueses, cercando os portugueses em Salvador.

Nesse período surgiram vários grupos voluntários de sertanejos, índios e negros libertos que enfrentavam inúmeras dificuldades de uma Força recém criada, pois não possuíam uniformes padronizados e seus armamentos eram obsoletos. Dentre os voluntários, destacou-se Maria Quitéria, que se vestiu de homem para poder lutar contra os portugueses. Liderando um grupo de mulheres, Maria Quitéria frustrou uma tentativa de desembarque lusitano na foz do rio Paraguaçu.

Em julho de 1822, o general Labatut é enviado para comandar as tropas nacionalistas e, em 8 de novembro de 1822, conquistou a vitória na batalha de Pirajá onde derrotaram as mais experientes e bem equipadas tropas portuguesas, permitindo a manutenção da integridade nacional.

No entanto, em maio de 1823, o general Labatut foi destituído do comando, assumindo o Coronel José Joaquim de Lima e Silva que criou um Estado-Maior, duas Divisões e seis Brigadas. Essa mudança foi um dos marcos para a evolução da organização militar terrestre em situação de conflito, pois permitiu uma flexibilidade de manobra às Forças Imperiais, por meio da adoção de comandos subordinados.

D. Pedro também enviou à Bahia o almirante Cochrane com uma frota de sete navios. Com essa frota, Cochrane conseguiu bloquear Salvador pelo mar e pressionar as tropas portuguesas que abandonaram a cidade em 2 de julho, em um comboio de mais de setenta navios.

No Maranhão, o Bispo D. Joaquim de Nazaré, Presidente da junta governativa do Maranhão, apoiado pelo Coronel Fidié, Governador de armas do Piauí, não reconhecia a independência do Brasil. Os patriotas locais após pedirem apoio ao governo do Ceará, receberam apoio de soldados voluntários comandados pelo Coronel José Pereira Filgueiras (PAULA, 2009).

Em 13 de março de 1823, patriotas e portugueses se enfrentaram em Jenipapo, no Piauí, onde Fidié saiu vitorioso. No entanto, mesmo com a vitória, o coronel Fidié retraiu para a vila de Caxias no Maranhão, sendo cercado e aprisionado.

A situação somente foi pacificada quando o almirante Cochrane, vindo da Bahia, ameaçou bombardear a cidade de São Luís, fazendo com que os portugueses se rendessem.

Após pacificar o Maranhão, Cochrane enviou o capitão Grenfell para o Pará. Em agosto de 1823, Grenfell chegou em Belém e utilizou o mesmo artilharia usado por Cochrane, ameaçando bombardear a cidade com meios que não dispunha. Inicialmente, os portugueses não reagiram, mas com o passar do tempo, e ao perceberem que a esquadra brasileira não era tão poderosa como acreditavam, os portugueses começaram a combater os aliados do imperador. Mesmo assim, as tropas de Grenfell obtiveram êxito no controle da situação no Pará.

Em todo o Império, o Exército sofria com a falta de homens e de recursos materiais adequados para atender as necessidades de defesa. Os praças que eram mal preparados, sem experiência ou preparo militar. Essas dificuldades de mobilização resultaram em fronteiras mal guarnecidas, com contingente insuficiente para as necessidades militares do país.

Dessa maneira, a formação e a evolução do Exército Imperial nas guerras de Independência foram marcadas pela superação de diversos óbices, atinentes a um Estado recém criado. Para guarnecer os diversos pontos do vasto território e ampliar a presença nacional, o imperador teve que contratar mercenários e expulsar portugueses das fileiras do Exército. Ademais, a constituição de guerrilhas nacionalistas contribuiu para amenizar a deficiência de tropas regulares na Força Terrestre naquele período. Contudo, o desenvolvimento estrutural da Força era imprescindível para consolidar a emancipação do país e o imperador entendeu que novas medidas eram necessárias para aprimorar o Exército.

c. O EXÉRCITO IMPERIAL NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A Revolução de 1824, também conhecida como Confederação do Equador, foi um movimento contra D. Pedro I, ocorrido no atual Nordeste brasileiro e

que tinha como principais causas a insatisfação com o declínio da produção açucareira na região, o fechamento da Assembleia Constituinte, a censura à imprensa, a outorga da Constituição de 1824 e a instituição do poder Moderador pelo imperador. Controlar mais esse foco revoltoso foi um teste para as Forças Imperiais, as quais ainda se encontravam em processo de consolidação.

Aliado a esses fatores, em 1824, Manuel de Carvalho Pais de Andrade foi deposto da presidência de Pernambuco. Insatisfeito, organizou um levante republicano e separatista do império do Brasil para a retomada do poder, sendo apoiado por figuras influentes como frei Joaquim do Amor Divino Rabelo - o frei Caneca - e o jornalista Cipriano Barata (FROTA, 2000, p. 267).

Para o lugar de Pais de Carvalho, foi nomeado Francisco Pais Barreto que, em fevereiro de 1824, travou a primeira batalha contra o seu antecessor apoiado militarmente pelo 1º e 3º Batalhões de Caçadores de Linha. Em 20 de março de 1824, logrou êxito com a rendição de Pais de Andrade. Entretanto, no Porto do Recife, Pais de Andrade conseguiu convencer as embarcações “Independência ou Morte” e as escunas “Maria Zeferina” e “Camarão” a lutarem pela causa da independência pernambucana.

Diante da situação, Dom Pedro I se aproveitou da lealdade de John Taylor, oficial da marinha imperial, para efetuar o bloqueio do porto do Recife, empregando as fragatas Nictheroy e Ypiranga, que conseguiram, mais uma vez, deter o movimento insurrecional (FROTA, 2000, p. 267).

Após um período de instabilidade política e trocas sucessivas do presidente da província, Pais de Andrade coordenou outra insurgência ainda maior, afirmando que tudo estava pronto para uma nova união com Portugal. Assim, reuniu apoio de Pernambuco, Paraíba (com Antônio Ferreira de Albuquerque) e Ceará (com Tristão Gonçalves de Alencar). Dessa maneira, foi proclamada a república em 2 de julho de 1824, com a adesão de Ceará, Paraíba, e apenas nominalmente as do Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas (FROTA, 2000).

A terceira resposta ao movimento da Confederação do Equador se iniciou em 25 de julho de 1824, com o ataque contra os navios que apoiavam a insurreição em Porto das Pedras, sob o comando de Teodoro de Beaurepaire. O imperador criou, ainda, o “Exército Cooperador da Boa Ordem”, sob o comando do briga-

deiro Francisco de Lima e Silva.

Essa força possuía 3 Batalhões de Caçadores e 1 Esquadrão de Cavalaria, como tropa do Rio de Janeiro; e 4 Batalhões de Caçadores, 1 Corpo de Cavalaria e 1 de Artilharia, de Pernambuco. No entanto, sofriam com a falta de armas e munições. D. Pedro conseguiu dos Rothschild, um grupo de banqueiros ingleses, um empréstimo de um milhão de libras esterlinas, imediatamente investidas em armamentos e na contratação de mercenários britânicos.

Em 12 de setembro de 1824, as tropas imperiais conquistaram o Forte das Cinco Pontas e prosseguiram na cidade do Recife contra os focos de insurgência. No dia 17 do mesmo mês, o Capitão de Fragata James Norton rendeu o Forte do Brum, enquanto o Brigadeiro Lima e Silva ocupava o Forte do Buraco e adentrava em Olinda para a vitória importante na província. Observa-se, nesse episódio, uma evolução no emprego militar com o trabalho conjunto de tropas terrestres e navais.

Por sua vez, em outubro de 1824, a resistência no Ceará foi derrotada em Fortaleza pelas forças navais de Lorde Cochrane, empregando a Nau “Pedro I” e a fragata “Ypiranga”. As tropas repelidas no Ceará e Pernambuco tentaram sem sucesso mais um levante, nas batalhas do “Agreste” e “Couro da Anta”, culminando com a rendição final em 28 de novembro de 1824 (FROTA, 2000, p. 269).

Dessa forma, verifica-se que o Exército Imperial, na Confederação do Equador, aprimorou sua capacidade de deslocamento estratégico, na medida em que foi capaz de deslocar tropas do Rio de Janeiro para a região do conflito, a cerca de 2 mil quilômetros da capital do Império. Esse feito foi crucial para a vitória das Forças Imperiais e marca uma importante evolução para o emprego da Força Terrestre, a qual se mostrou capaz de aplicar a estratégia da presença com sucesso (BRASIL, 2019, p. 5-2). Ademais, a atuação conjunta das Forças Terrestre e Naval foi um marco para o desenvolvimento do emprego militar no Império, sendo fundamental para o sucesso das Forças Imperiais.

d. A FORÇA TERRESTRE NA CAMPANHA DA CISPLATINA

A Guerra da Cisplatina foi um conflito entre o Brasil Imperial e as Províncias Unidas do Rio da Prata, no período de 1825 a 1828, pela posse da Província

Cisplatina, a região da atual República Oriental do Uruguai.

Em meados de 1822, os deputados das cortes e parlamentares portugueses examinavam a necessidade de continuidade da ocupação de Montevidéu e da permanência do grande contingente militar na Província Cisplatina, bem como o seu destino. Todavia, os debates foram em vão, pois em setembro de 1822, ocorreu a Proclamação da Independência.

Na província Cisplatina, o General Carlos Frederico Lecor declarou-se fiel a D. Pedro e à formação do Estado Brasileiro, sendo acompanhado pelas tropas brasileiras e por orientais liderados por Frutuoso Rivera. Em seguida, iniciou as tratativas para transportar para fora do Uruguai e do Brasil, a Divisão de Voluntários Reais infiéis à emancipação, de forma que não pudessem interferir no movimento revolucionário. No entanto, o General D. Álvaro da Costa Souza de Macedo reuniu os portugueses e orientais contrários ao Brasil (chefiados pelo caudilho Manuel Oribe) e comandou a resistência contra revolucionária em Montevidéu (RODRIGUES, 2002, p. 220).

Em novembro de 1822, as tropas portuguesas se recusaram a embarcar em navios vindos de Santa Catarina, por esse motivo, iniciou-se o bloqueio marítimo a Montevidéu, realizado por Rodrigo Lobo e sua força naval. A nau capitânia era a fragata Thetis, reforçada até janeiro de 1823, pelas fragatas Ypiranga e Paraguaçu, além da Corveta Liberal e mais cinco navios de transportes. Em janeiro de 1823, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes assumiu o comando das forças navais operando na Cisplatina, a bordo do brigue Real Pedro. (FROTA, 2000, p. 263).

Em novembro de 1823, apertado por terra e por mar, D. Álvaro entrou em acordo com os brasileiros, embarcando com suas tropas para Portugal. Dessa forma, o General Lecor à frente das tropas brasileiras conseguiu adentrar vitorioso em Montevidéu no dia 14 de fevereiro de 1824, pondo fim aos conflitos de independência na Província Cisplatina (RODRIGUES, 2002, p. 221).

No entanto, ainda que tenha havido um controle da região no contexto das guerras de Independência, a questão da Cisplatina continuou sendo um problema para o Império recém-criado. Tanto que em abril de 1825, iniciou-se, na região, o desembarque de 33 orientais, liderados pelo General Lavalleja, das

Províncias Unidas do Prata que, com os poderosos reforços de Fructuoso Rivera, chegaram a 2 mil homens. A fim de combater os revoltosos, D. Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas, em dezembro de 1825, e enviou tropas para o Sul (FARIA, 2015).

Em 1º de janeiro de 1826, assume o comando das forças brasileiras o Marechal Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, com a finalidade de disciplinar e organizar os soldados mal pagos, doentes e desanimados, buscando reverter os resultados negativos da campanha e reunir homens dispersos na fronteira (FROTA, 2000).

A Força Terrestre brasileira na campanha da Cisplatina era formada por brasileiros oriundos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, índios e alemães. Sua constituição era de duas Divisões, sendo que na 1ª Divisão havia o Batalhão de Caçadores Nr 3 e 4, do Rio de Janeiro, o Batalhão de Caçadores Nr 27, de alemães, o 24º Regimento de Milícias, de guaranis das Missões, Esquadrão de Lanceiros, também de alemães, dentre outros. Já na 2ª Divisão havia, o Batalhão de Caçadores Nr 13, da Bahia, o Batalhão de Caçadores Nr 18, de Pernambuco, o 6º Regimento, do Rio Grande do Sul e o 3º Regimento, de São Paulo (ALVES, 1979).

O Marquês de Barbacena designou as tropas de Bento Manuel para obter informações sobre as movimentações argentinas, o que o fez deslocar o Exército Imperial ao Passo do Rosário, onde os inimigos tentariam cruzar o rio Santa Maria. Para esta batalha, os brasileiros contavam com 6.338 homens, incluindo-se os 560 paisanos patriotas que formavam a coluna de vanguarda do Barão do Serro Largo (FROTA, 2000).

A Batalha do Passo do Rosário terminou de forma indecisa, contudo acentuou a necessidade da criação do Corpo de Artilharia-a-Cavalo, pois somente essa Artilharia, por sua mobilidade, poderia acompanhar a Cavalaria em qualquer terreno, podendo apoiar o combate nos seus locais mais importantes. Em 1831, contribuindo para a evolução da Força Terrestre, foi criado o Corpo de Artilharia-a-Cavalo do Rio Grande do Sul (ALVES, 1979).

Desse modo, pode-se inferir que o desenvolvimento do Exército Brasileiro por ocasião da Campanha da Cisplatina caracterizou-se por alterações significa-

tivas em sua estrutura. A ameaça oriunda do Prata tornou necessária a criação de Unidades que proporcionaram maior potência de fogo às Forças no Sul do país, o que contribuiu com a evolução estrutural da Força Terrestre.

e. O EXÉRCITO BRASILEIRO NA ABDICAÇÃO DE D PEDRO I

O papel do Exército na abdicação de D Pedro I foi fruto de uma série de eventos de cunho político e social que antecederam esse episódio. Para alguns historiadores, o antagonismo existente no seio da oficialidade foi um aspecto marcante naquela conjuntura que influenciou na cisão entre a Força Terrestre e o Imperador.

Outro fator relevante foi a tentativa do Imperador em envolver o Exército na dissolução da Constituinte. D. Pedro I chamou um pequeno grupo de oficiais e lhes pediu apoio político para a referida dissolução. No entanto, muitos na Força nutriam ideais republicanos e não coadunavam com as ações do Imperador (O EXÉRCITO..., 1998), gerando impactos negativos para sua popularidade.

Vale destacar que o recém criado Império brasileiro sofreu as consequências dos conflitos independentistas. Os elevados gastos militares agravaram os problemas econômico-financeiros, impactando negativamente as questões sociais. Na população e no Exército o sentimento anti-luso ampliou-se a partir de 1826. Havia um temor de que Dom Pedro I tentasse voltar aos tempos do Reino Unido de Portugal e Algarves, pois com a morte de Dom João VI, em 1826, o imperador teve a oportunidade de assumir também o trono português.

Foi nesse contexto que ocorreu a participação do Exército na abdicação de Pedro I. O Exército estava descontente com o imperador, pois sua base era formada pela população mais pobre que sofria com as más condições de vida, e os oficiais criticavam as derrotas militares e a presença de portugueses em postos de comando.

A partir de meados de 1830, houve várias manifestações de protesto ao governo vigente. A agitação liberal no Brasil crescia devido ao surgimento da monarquia liberal na França. A impopularidade do Imperador aumentava, sua vida dissoluta, seus casos amorosos e a morte da Imperatriz Leopoldina distanciaram-no das elites, que começavam a perceber que D. Pedro I já não correspondia às

aspirações dos brasileiros (O EXÉRCITO, 1998).

Em 13 de março, a população portuguesa residente nas proximidades do Paço da Cidade, no Rio de Janeiro, enfeitou as ruas e colocou luminárias. Grupos de populares começaram a destruir os enfeites, originando um tumulto que ficou conhecido como "A Noite das garrafadas". Criou-se um clima revolucionário, com profundas articulações dentro do Exército (FARIA, 2015, p. 124).

Em 19 de março, Dom Pedro I resolveu fazer concessões: formou um ministério composto de brasileiros de tendências liberais e pôs em liberdade os oficiais presos. Entretanto, em 5 de abril, ele demitiu esse ministério e organizou outro, conhecido como o Ministério dos Marqueses. Além disso, ordenou a prisão de diversos chefes liberais (FARIA, 2015).

A reação foi imediata. No dia seguinte, “no Campo de Santana, concentrou-se grande massa popular para exigir a reintegração do ministério anterior. O Imperador declarou que manteria sua decisão, exaltando a multidão” (FARIA, 2015, p. 125). Assim, o Exército solidarizou-se com o povo amotinado. O Batalhão do Imperador aderiu ao movimento e deslocou-se também para o Campo de Santana. O Brigadeiro Lima e Silva dirigiu-se ao Paço, a fim de apresentar ponderações ao Imperador, não obtendo sucesso (FARIA, 2015).

Os comandantes militares brasileiros, como os irmãos Lima e Silva, conduziram uma revolta que forçou Dom Pedro I a abdicar ao trono em favor de seu filho Dom Pedro II, em 7 de abril de 1831 (FAUSTO, 2006, p. 158).

Desse modo, infere-se que a abdicação do Imperador foi um evento marcante para o desenvolvimento do Exército Brasileiro. A atuação da Força foi decisiva para a saída de D. Pedro I do poder. Ao se alinhar com ideais liberais e com grande parcela do povo, o EB se distanciou das tendências centralistas do Imperador, demonstrando seu peso nas importantes decisões políticas da nação e seu protagonismo para o desfecho do 1º Reinado no país. Essa importância histórica do Exército mantém-se evidente, inclusive, na política nacional na atualidade.

3. CONCLUSÃO

A formação e o desenvolvimento do Exército Brasileiro confundem-se

com a própria história do Brasil, dado o protagonismo da participação da Força nos episódios mais relevantes. Tal fato destaca-se no período do Primeiro Reinado, com a presença ativa do Exército Nacional nos principais fatos da época.

Em síntese, o Exército Brasileiro teve participação de destaque nos principais eventos e conflitos no Primeiro Reinado, ocasionando diversas transformações em sua estrutura com reflexos até os dias atuais. Dentre os fatos mais marcantes ressaltam-se as Guerras de Independência e a Confederação do Equador, nos quais o Exército contribuiu para a manutenção da integridade e unidade nacional.

Apesar do sucesso nas ações e da participação destacada, o Exército enfrentou alguns óbices nesse período. No que tange ao material, infere-se que o Exército Imperial recém criado tinha insuficiência de diversos itens fundamentais, tais como uniformes, armamentos e munições. Isso ficou evidenciado pelo empréstimo de um milhão de libras conseguido por D. Pedro I para garantir a capacidade operativa da Força Terrestre.

Observa-se, ainda, a carência de pessoal para compor as fileiras do Exército, materializada pela contratação de mercenários ingleses, a fim de combater no Nordeste contra a Confederação do Equador. Além disso, a necessidade de se valer da experiência de chefes militares estrangeiros como Lorde Cochrane, John Grenfell, Pierre Labatut, James Norton, John Taylor e Thomas Crosbie que foram amplamente empregados nas guerras de independência.

Para fazer frente a esses óbices ocorreu o aprimoramento da estrutura militar, com a criação do Comissariado Geral do Exército, do Depósito Geral de Recrutadas, de fábricas de material bélico, assim como incremento de estruturas já existentes que proporcionaram à recém criada Força Terrestre um embrião de instalações logísticas voltadas à produção bélica.

O adestramento das tropas aproveitou-se do emprego e do conhecimento dos mercenários europeus que integraram o Exército Imperial. As experiências trazidas fizeram com que as tropas luso-brasileiras se tornassem capazes de fazer frente aos diferentes movimentos insurgentes da época. Esse adestramento contra rebeliões internas contribuiu sobremaneira para a coesão interna.

No que tange à doutrina, observa-se no período o emprego sinérgico de

tropas, apesar da carência de meios, materializada na Confederação do Equador com a utilização das fragatas para efetuar o bloqueio do porto do Recife. A utilização de apoio de fogo naval no Ceará, concomitantemente com o emprego de forças terrestres a comando do Brigadeiro Lima e Silva, colaborou para a evolução doutrinária do emprego das Forças Armadas em Operações Conjuntas.

Outro fato relevante foi a ampliação da presença nacional como estratégia a ser aplicada para a solução dos conflitos, a exemplo do ocorrido na região da Cisplatina. A capacidade de mobilizar tropas terrestre e marítimas em grandes distâncias, combatendo em várias frentes projetou o potencial das Forças Armadas brasileiras, contribuindo para a imagem de defesa no âmbito da América do Sul.

Além disso, verificou-se a defesa dos ideais liberais compartilhados entre o povo e o Exército Brasileiro como colaboração dessa integração nacional, evidenciada na falta de apoio político por parte dos militares aos desmandos do Imperador. Essa linha de pensamento foi incorporada à cultura organizacional do EB, reduzindo a popularidade de D. Pedro I no seio da caserna, o que resultou na sua abdicação em 1831.

Outro reflexo decorrente da formação e desenvolvimento do EB naquele período foi o protagonismo político da Força no cenário interno. É evidente que a Força Terrestre funcionou como “fiel da balança” no período de 1822 a 1831 e tal aspecto é notado, inclusive nos dias atuais. Isso é resultado da postura de comandantes militares brasileiros da época, como o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e o seu irmão José Joaquim de Lima e Silva, que viam o EB como uma instituição de Estado, permanente, não sujeita aos interesses do governo imperial.

Por fim, num período conturbado como o Primeiro Reinado, o Exército Brasileiro conseguiu se estabelecer institucionalmente, exercendo papel fundamental para o processo de emancipação política nacional, gerando diversos reflexos e contribuições para o país e para a própria evolução da Força.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim Vitorino Portella Ferreira. **Mallet, o patrono da Artilharia**. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1979.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.102**. Doutrina Militar Terrestre. Brasília, DF, 2019.

DEC. **Uniformes da Engenharia**. 2015. Disponível em: <<http://www.dec.eb.mil.br/historico/Uniformedaengenharia/uniformedaengenharia.html>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FARIA, Darlan Puppim de. **Introdução à história militar brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

HISTÓRIA do Brasil. **Confederação do Equador**. 2006. Disponível em: <https://www.historia-dobrasil.net/resumos/confederacao_do_equador.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller. **Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2010, v. 25, n. 73 [Acessado 3 Fevereiro 2022], pp. 41-57. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000200003>>. Epub 25 Ago 2010. ISSN 1806-9053.

O EXÉRCITO na **História do Brasil**. BIBLIEx, Rio de Janeiro; Salvador: Odebrecht, 1998. 3v.

PÁTIO das batalhas. **A Guerra da Cisplatina**. 2019. Disponível em: <<http://www.badmqgex.eb.mil.br/patio-das-batalhas/patio-das-batalhas/08-artigo-08>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PAULA, E. S. de. **As origens do exército brasileiro**. Revista de História, [S. l.], v. 24, n. 49, p. 57-72, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121590. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121590>. Acesso em: 2 fev. 2022.

PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. **História Militar Brasileira I: do período colonial ao monárquico**. Palhoça: UnisulVirtual, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução, Contra Revolução e as Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme.ensino.eb.br (padecece@eceme.eb.mil.br)

Os textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.



ISSN 1677-1885